

João Ferreira de Almeida

José Madureira Pinto

Significação conotativa nos discursos das ciências sociais

Após uma caracterização global da chamada «prática teórica» e das actividades de intervenção epistemológica e metodológica, os Autores procuram centrar a especificidade das ciências sociais ao nível da linguagem, pensando-as na sua articulação com os sistemas das ideologias. A explicitação de alguns dos conceitos básicos da linguística permite a passagem à análise do conceito de conotação, para o qual propõem um enquadramento teórico interdisciplinar, por forma a torná-lo apto à intervenção operatória na detecção-denúncia dos sistemas semiológicos implicados nos discursos das ciências sociais.

INTRODUÇÃO

1. A prática científica

Em termos genéricos, poderá dizer-se que o nascimento e o desenvolvimento das diversas ciências são suscitados por «procuras» sociais, resultantes da necessidade de apropriação cognitiva e prática do real.

O trabalho científico, como se sabe, é agenciador de um processo de produção que desemboca num produto. Se se quiser partir do conceito da forma geral da prática, como actividade que se exerce sobre uma matéria-prima para a transformar num produto final, recorrendo a determinados meios de trabalho, a caracterização diferencial da prática científica exigirá a especificação dos diversos elementos que a integram.

A matéria-prima, objecto sobre que o trabalho teórico incide, nunca é constituída pelo próprio real, por factos «puros». Ela é já sempre mais ou menos elaborada e inclui noções ideológicas, intuições, «teorias» espontâneas, factos construídos cientificamente em anteriores momentos, conceitos e relações entre conceitos, em suma, todo o tipo de informações disponíveis sobre o real. Os meios de trabalho teórico passíveis de utilização serão essencialmente o corpo de conceitos, métodos e técnicas de que uma

ciência pode dispor num momento dado e que formam a teoria, em sentido amplo. O trabalho científico, elemento dinâmico e determinante de cada processo concreto de produção teórica, diríamos de cada ciclo teórico, transformará então, ao utilizar esses meios, a matéria-prima naquilo a que ALTHUSSER chama conceitos especificados¹, ou seja, em conhecimentos científicos novos².

A realidade é silenciosa; torna-se indispensável questioná-la para produzir respostas, o que implica, para além de outras consequências, pôr em causa a velha noção de «dado» e o modo passivo como ele se reflectiria cognitivamente.

Dizia Gaston BACHELARD que o facto científico é conquistado, construído, constatado. Retomando tal ponto de vista, BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON sublinham que a hierarquia epistemológica dos actos de produção científica impõe justamente a subordinação da constatação à construção e da construção à ruptura³, demonstrando-se simultaneamente — contra o empirismo e o formalismo —, e como também afirmava BACHELARD, que o vector epistemológico vai do racional ao real.

Esta perspectiva afigura-se correcta; ela resulta duma clarificação da «filosofia diurna» dos cientistas nos diversos campos disciplinares, ou seja, da reflexão que fazem sobre as respectivas práticas efectivas de investigação e que será forçosamente «racionalista» e «diferencial»⁴.

É possível, no que respeita à biologia, ir buscar uma ilustração em JACOB: «Para que um objecto se torne acessível à análise não basta apercebê-lo. É necessário que uma teoria esteja apta para o acolher. Na permuta entre a teoria e a experiência é sempre a primeira que inicia o diálogo. É ela que determina a forma da pergunta, e portanto os limites da resposta.»⁵

Também não é outra, parece-nos, a perspectiva de Jean PIAGET, resultante dos seus trabalhos sobre psicologia. Ao desenvolver a teoria operatória da inteligência, ele mostra, com efeito, como a razão começa por ter de se distanciar do objecto real para o poder pensar, ao mesmo tempo que se socorre dos seus próprios materiais e das suas próprias leis, irredutíveis às do processo real⁶.

Mas a prática científica pode revestir formas diversas⁷: transformação insensível, sem soluções de continuidade, do objecto

¹ Louis ALTHUSSER, *Pour Marx*, Paris, François Maspero, 1965, p. 187.

² O facto de a teoria poder aparecer quer como matéria-prima, quer como meio de trabalho, quer como produto, implica que se trata de um elemento cujo sentido está ligado à sua função diferencial no processo e aponta para a análise, por exemplo, dos seus diversos tipos de instrumentalidade interna e externa.

³ Pierre BOURDIEU, Jean-Claude CHAMBOREDON e Jean-Claude PASSERON, *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton/Bordas, 1968, p. 31.

⁴ Cfr. Gaston BACHELARD, *Filosofia do Novo Espírito Científico*, Editorial Presença, 1972, pp. 19-21.

⁵ François JACOB, *La Logique du Vivant*, Paris, Gallimard, 1970, p. 24.

⁶ Cfr. Nicole GALIFRET-GRANJON, «La théorie opératoire de la connaissance de J. Piaget», in *La Pensée*, n.º 152, Agosto de 1970, em especial p. 51.

⁷ Cfr. Louis ALTHUSSER e Étienne BALIBAR, *Lire le Capital*, II, Paris, François Maspero, 1968, p. 21.

do conhecimento, ou, pelo contrário, descontínua e espectacular, resultando numa mutação radical da própria estrutura desse objecto do conhecimento. Esta última forma define sobretudo os casos de inauguração de ciências novas a benefício do que tem sido chamado corte epistemológico, com o seu efeito de ruptura em relação aos discursos ideológicos anteriores, cuja reprodução indenunciável, e portanto impune, fica correlativamente impossibilitada⁸, embora por hipótese perdue de facto, em termos provisórios, por razões «extracientíficas».

Mas, se uma formação científica se constituiu já como tal, se operou a transformação produtora do seu próprio objecto, ela passou a ser capaz de o reproduzir metódicamente⁹. Haverá lugar então a transformações-desenvolvimentos de produtos já validados, já dotados de carácter científico e que se reintroduzem em novos ciclos teóricos, quer a título de matérias-primas, quer a título de meios de trabalho. Assim se desenvolvem processos acumulativos, acréscimos de informação, no interior do discurso teórico disciplinar. Eles próprios podem, no entanto, originar novas descontinuidades, novas mutações da respectiva problemática teórica, a que tem sido reservada a designação de «rupturas intracientíficas» ou «reformulações». A maioria das vezes, o trabalho teórico no interior duma formação científica constituída traduz-se, nos seus «tempos fortes», não na negação-superação das teorias anteriormente construídas, mas em englobar essas teorias, localizando-as, do mesmo passo, como casos particulares dos resultados mais potentes recém-adquiridos¹⁰.

2. O conceito de matriz teórica

Em qualquer caso, o processo do conhecimento é sempre um trabalho de construção de objectos. Se tem naturalmente por horizonte, por ponto permanente de referência, a realidade que visa apreender, essa realidade é-lhe externa e irreduzível, preexiste ao processo de conhecimento e subsiste independentemente dele. Poderá então falar-se de objectos reais-concretos, na sequência de

⁸ Cfr. Michel PÊCHEUX e Michel FICHANT, *Sobre a História das Ciências*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, pp. 13 e segs.

⁹ Vd. Thomas HERBERT, «Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale», in *Cahiers pour l'Analyse*, 1 e 2, 3.ª ed., pp. 162 e segs.

¹⁰ Sobre estas questões, e mais especificamente sobre o problema da alteração, nos processos científicos, dos paradigmas, entendidos como «realizações científicas universalmente reconhecidas, que durante certo tempo indicam os problemas-modelo e as respectivas soluções a uma comunidade de especialistas», propõe-se a leitura do estimulante livro de Thomas S. KUHN *The Structure of Scientific Revolutions*, E. U. A., The University of Chicago Press, 1962, 1970 (2.ª ed., aumentada). Ver igualmente a descrição que François JACOB (*op. cit.*, em especial pp. 24 e 25) faz da sucessiva descoberta de novas organizações-estruturas do ser vivo, ilustrada pela metáfora das bonecas russas, bem como a respectiva interpretação em termos de teoria da história da biologia.

Nicos POULANTZAS¹¹, para designar os objectos efectivamente existentes, existentes em «sentido forte», e, por isso mesmo, singulares e originais. O trabalho científico, embora vise o conhecimento desses objectos reais-concretos, terá frequentemente de construir objectos abstracto-formais, sem correspondência directa na realidade e, portanto, inexistentes como tal fora do processo de conhecimento, que lhe servem de mediações, de instrumentos, para a apropriação cognitiva dos objectos reais-concretos. Esses objectos abstracto-formais mais não são do que conceitos e relações entre conceitos¹².

Duma disciplina científica constituída pode dizer-se que corresponde, antes de mais, a um conjunto estruturado de questões, que se designa por problemática teórica. É essa problemática teórica disciplinar que delimita um espaço de visibilidade, que define as condições de aparecimento dos problemas, no percurso teórico da disciplina considerada. Por outras palavras, as contradições que solicitam novos conceitos para delas dar conta, que propiciam o trabalho de construção de novos objectos de conhecimento, só surgem, só podem surgir, dentro desse campo de visibilidade que a problemática teórica institui.

É certo que o surgimento de um problema é determinado por um conjunto complexo de relações: relações entre os conceitos disciplinares (intracientíficas); relações entre os conceitos e os objectos reais que eles visam apropriar (informação-observação sistemática e controlada-validação); relações entre o campo disciplinar considerado e outros campos disciplinares (pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade); relações (de determinação) entre as práticas sociais no seu conjunto e a prática científica em causa. Mas a problemática teórica constitui sempre pressuposto do surgimento dos problemas enquanto propriamente científicos, mesmo se alguns deles podem ser indício de futura destruição dessa problemática, se nascem contra ela e exigem a sua reestruturação. Segundo Thomas KUHN¹³, são características de todas as descobertas científicas das quais emergem novas espécies de fenómenos: o reconhecimento prévio de uma anomalia (que justamente caracteriza o problema), a emergência gradual e simultânea do reconhecimento empírico (*observational*) e conceptual e a mudança consequente das categorias e procedimentos paradigmáticos, frequentemente acompanhada por resistência.

Mas quais são as condições que permitem identificar uma dada formação científica como já constituída, isto é, como capaz

¹¹ Nicos POULANTZAS, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, François Maspero, 1968, pp. 9 e segs.

¹² Repare-se que aos objectos reais-concretos também correspondem, no plano teórico, objectos cientificamente construídos. Estes últimos, enquanto objectos de pensamento, não podem confundir-se com a realidade a que directamente se referem, sendo antes, eles igualmente, instrumentos conceptuais de apreensão dessa realidade. Apontamos aqui para a distinção conceitos abstractos / conceitos concretos, que no entanto nos não satisfaz do ponto de vista terminológico.

¹³ Thomas S. KUHN, *op. cit.*, p. 62.

de sustentar e reproduzir a sua autonomia relativa? A condição fundamental reside em ter ela construído o seu próprio objecto teórico. Esse objecto científico «é constituído pelo conjunto conceptual construído com o fim de se dar conta de uma multiplicidade de objectos reais que, por hipótese, essa ciência tem em vista analisar»^{14 15}. Para CASTELLS, portanto, o objecto teórico aparece, não apenas no sentido espontâneo ou intuitivo, correspondendo àquilo sobre que a disciplina se debruça, sobre que faz incidir a sua atenção, mas também denotando o «conjunto conceptual», ou seja, os próprios meios de trabalho teórico de que ela se serve para a produção especializada de conhecimentos¹⁶.

Já se vê que, neste sentido, a diferença essencial entre objecto teórico (corpo teórico disciplinar) e objecto abstracto-formal (conceito ou conjunto conceptual mediação) se refere predominantemente às respectivas extensões, indicando uma descoincidência de amplitude; correspondem aos objectos abstracto-formais os sistemas sectoriais, mais restritos, dentro duma disciplina considerada.

Em parte para superar a fluidez duma tal distinção e em parte por nos parecer mais rigorosamente referenciada, afigura-se-nos útil fazer neste ponto uma proposta: reservar o termo *matriz teórica* para o que temos vindo a chamar «objecto teórico».

Os elementos de uma matriz teórica T poderiam notar-se, genericamente, c_{ij} ; o índice i representa a linha i da matriz, identificando, em termos de problemática, uma das dimensões desta, e o índice j uma coluna da matriz, uma «zona» de problemas.

Será assim possível identificar o corpo conceptual de que uma formação científica, considerada sincronicamente, dispõe através de uma matriz com n linhas representativas das n dimensões «exploradas» da problemática e m colunas correspondentes às m dimensões dos problemas visíveis. Portanto,

$$T = \begin{pmatrix} c_{11} & \dots & c_{1m} \\ \dots & \dots & \dots \\ c_{n1} & \dots & c_{nm} \end{pmatrix} = (c_{ij})$$

A construção progressiva e incessante dum objecto teórico disciplinar, nos moldes que designámos por acumulativos, corres-

¹⁴ Manuel CASTELLS, «Théorie et idéologie en sociologie urbaine», in *Sociologie et Sociétés*, I, 2, Monte Real, Novembro de 1968, p. 171.

¹⁵ É o que CASTELLS designa noutro texto por *campo teórico*, explicitando que nele se compreendem elementos (conceitos ou categorias classificadoras), relações entre elementos (proposições), relações entre relações (leis) e regras operatórias. Cfr. Manuel CASTELLS, «Les nouvelles frontières de la méthodologie sociologique», in *Information sur les Sciences Sociales*, Paris, Conseil International des Sciences Sociales, 1970.

¹⁶ A opção que consiste em falar em objecto teórico como conjunto conceptual disciplinar finalizado é rica de consequências. Assinale-se a importância que tem, por exemplo, para a questão das «fronteiras» disciplinares, nomeadamente nas ciências sociais, por referência à totalidade social. A este respeito ver A. SEDAS NUNES, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1972, pp. 13-42.

ponderia pois ao acoplamento de linhas suplementares representativas das dimensões «inexploradas» da problemática. Se se entendesse que esta tinha $n + l$ dimensões, a matriz teórica T , que acima considerámos, conteria uma zona de «manobra» correspondente a essas l dimensões e, em termos de problemas, às eventuais s dimensões da nova zona de visibilidade¹⁷.

Claro que o aparecimento de contradições ou «anomalias» a que chamámos problemas pode suscitar conceitos insusceptíveis de integração sistemática na matriz existente. Mas então estaremos perante o sintoma de uma «crise» teórica, só passível de solução em termos de reestruturação da própria matriz e, consequentemente, de alteração da problemática de referência. Trata-se nesse caso de mudar de campo, de alterar o «paradigma» teórico: as rupturas intracientíficas impõem a reformulação da matriz teórica.

O movimento traduzido pelo acoplamento de linhas e, forçosamente, de colunas processa-se através do recurso aos elementos integrantes da matriz. O corpo conceptual que ela representa contém, portanto, operadores de denúncia dos seus próprios vazios. Para utilizar a terminologia proposta por DESANTI¹⁸, designaríamos esse duplo movimento de denúncia e recobrimento de vazios por «descompactificação» e «compactificação» do campo teórico.

Resta acrescentar que a matriz teórica é, em nosso entender, um sistema aberto¹⁹. Que se trata de um sistema, não cabem dúvidas, uma vez que é constituída por um complexo de elementos em interacção organizada²⁰. Mas, além disso, esse sistema não está isolado do exterior, não permanece em equilíbrio estático, em situação de inércia; pelo contrário, os seus componentes são construídos, destruídos e reconstruídos por força da incessante dialéctica entre a teoria e a realidade que ela visa apreender. De facto, como acentuámos, qualquer matriz teórica disciplinar está em transformação contínua, por virtude do surgimento de problemas, contradições ou anomalias que solicitam a criação de novos conceitos e relações entre conceitos, aptos a indicar e a resolver esses problemas. Também as «fronteiras» entre as várias formações científicas não são fechadas, e provavelmente cada vez mais se assistirá ao recobrimento parcial de matrizes teóricas disciplinares, como acontece já, por exemplo, na biologia e na física. Por último, não se podem esquecer as relações decisivas que as

¹⁷ Para um tratamento sugestivo do conceito de matriz, do ponto de vista matemático, cfr. C. PISOT e M. ZAMANSKY, *Mathématiques Générales*, Paris, Dunod, 1963, pp. 140 e segs.

¹⁸ Cit. por Julia KRISTEVA, «Les épistémologies de la linguistique», in *Langages*, Didier-Larousse, 1971, p. 6.

¹⁹ Encontra-se uma visão geral da teoria dos sistemas, bem como a tentativa de aplicações da sua perspectiva no campo sociológico, em: Walter BUCKLEY, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, São Paulo, Editora Cultrix, 1971, em especial pp. 62 e segs.

²⁰ Já na nota 15, e de acordo com CASTELLS, chamávamos a atenção para uma possível tipologia das componentes daquilo que ele chama campo ou objecto teórico e nós designámos por matriz.

práticas científicas mantêm com as outras práticas duma formação social.

Chega esta enumeração, cremos nós, para qualificar como aberto o sistema que uma matriz teórica constitui. O que não cabe aqui é dar conta das implicações de tal qualificação, em termos de «teoria geral dos sistemas», perspectiva que procura superar simultaneamente o mecanicismo e o organicismo.

Julgamos entretanto verificável, em relação às matrizes teóricas, o princípio da equifinalidade: um certo estágio evolutivo pode ser atingido por vias diversas e partindo de diferentes condições iniciais; tudo dependerá das relações internas ao sistema e entre o sistema e o exterior²¹. Por outro lado, e contrariamente ao que se passa nos sistemas fechados, os sistemas conceptuais disciplinares têm capacidade de resistência ao aumento de entropia, e tendem mesmo a evoluir para estádios sucessivos de maior ordem, complexidade e organização²².

Não mais pretendem estes dois exemplos do que chamar a atenção para uma via de análise cuja exploração poderia ser fértil.

I

EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E CONTEÚDO IDEOLÓGICO DOS DISCURSOS

1. Introdução

Impõe-se antes de mais chamar a atenção para dois pontos, de forma a evitar confusões e ambiguidades sobre o tratamento dado no texto ao conceito de ideologia. Em primeiro lugar importa notar que o facto de se falar por vezes de ideologia no singular não deve fazer esquecer que em todas as formações sociais há sempre uma *pluralidade contraditória* de sistemas ideológicos de codificação do real, presentes-ausentes nos discursos concretos como seus níveis objectivos de significação. Por outro lado, muito embora se procure generalizar as formulações de forma a compreender ideologias dominantes e ideologias dominadas, são as *ideologias dominantes*, ligadas portanto ao bloco no poder, que directamente retêm a nossa atenção: isto porque são elas que constituem os obstáculos fundamentais à produção de conheci-

²¹ Para uma formulação do princípio da equifinalidade ver: Ludwig von BERTALANFFY, «General System Theory», in *System, Change and Conflict*, ed. N. J. DEMERATH III e Richard A. PETERSON, The Free Press, Nova Iorque, 1967, pp. 121 e segs.

²² Uma análise comparativa dos sistemas isolados e dos sistemas abertos, deste ponto de vista, aparece em: Anatol RAPOPORT, «Mathematical aspects of general systems analysis», in *The social sciences*, Mouton/Unesco, 1968, pp. 325 e segs. Cfr. igualmente *Systems thinking*, ed. F. E. EMERY, Penguin Books, 1969, em especial pp. 86-103.

mentos científicos, designadamente nas chamadas ciências sociais. Quando à frente nos detivermos sobre algumas características específicas dessas ciências, procuraremos desenvolver um pouco este ponto.

Feitas estas duas prevenções, podemos então afirmar que as diversas formações científicas são coexistentes e estão articuladas por forma específica com o sistema das ideologias, de tal maneira que as práticas concretas de investigação, bem como os respectivos produtos, não são puramente teóricos; apenas se encontram formações ideológico-teóricas, de dominante ideológica ou de dominante teórica.

A progressão do conhecimento implica assim, genericamente, uma demarcação relativa ao campo ideológico de partida, implica a sua redução localizada, a negação e superação das problemáticas que o caracterizam. Desmontar as pressuposições espontâneas que tendem a impor-se como evidência na «representação das relações imaginárias dos indivíduos com as suas condições reais de existência», destruir as falsas transparências do senso comum mais ou menos elaborado que se autodesignam como conhecimentos, tais tão as tarefas iniciais, sempre recomeçadas, que os processos científicos se propõem.

Não se trata, no entanto, de aceitar um enunciado maniqueísta e redutor do par ideologia/ciência, tal como em certa medida resultava em BACHELARD (a ideologia como «tecido de erros positivos, tenazes, solidários») ²³ ou nos primeiros escritos althusserianos. Os conhecimentos produzem efeitos específicos ao nível do desenvolvimento das forças produtivas e as ideologias não podem ser encaradas como o puro reverso deles. Na verdade, e embora não sejam homogêneas entre si, elas constituem uma instância de cada formação social ²⁴ cuja função global é a de representação-reconhecimento-comunicação-legitimação ²⁵. BADIOU nota, com muita clareza, que «uma função práctico-social (a da ideologia) que ordena a um sujeito que mantenha o seu lugar não pode ser o negativo da *produção* de um objecto de conhecimento, e é precisamente por isso que a ideologia é uma instância irredutível das formações sociais, que a ciência não iria dissolver [...]» ²⁶.

Feita esta precisão, que à frente será desenvolvida, poderemos então afirmar, em relação à epistemologia, ter ela por objecto as condições e os critérios de cientificidade dos discursos científicos. Teoria da história dos processos *específicos* de produção de conhecimentos, a epistemologia enuncia e denuncia os obstá-

²³ Gaston BACHELARD, *op. cit.*, p. 14.

²⁴ Tomamos o conceito de instância no sentido proposto por Daniel VIDAL, «Formation sociale et mouvements sociaux», in *Sociologie et Sociétés*, II, 2, 1970, p. 173: «lugar lógico de tratamento de cada um dos problemas fundamentais de qualquer forma social, e portanto o princípio pelo qual toda a formação social se produz como tal.»

²⁵ Cfr. Manuel CASTELLS, *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*, Madrid, Siglo XXI, 1971, p. 207.

²⁶ Alain BADIOU, «O (re)começo do materialismo dialéctico», in *Estruturalismo — Antologia de Textos Teóricos*, Portugalíia Editora, 1968, p. 335.

culos que tendem constantemente a reintroduzir o ideológico no científico. E, para o conseguir, localiza-se simultaneamente no interior e no exterior desses processos. Reflexão-intervenção sobre as práticas científicas, em todas as suas operações e fases, ela funciona como um sistema vigilante de *contrôles* que se exerce portanto também sobre a metodologia.

Esta última é definida em *Le Vocabulaire des Sciences Sociales* como «a arte de aprender a descobrir e analisar os pressupostos e processos lógicos implícitos da investigação, de forma a pô-los em evidência e a sistematizá-los»²⁷.

Os diversos métodos organizam assim, criticamente, as práticas de investigação. O seu campo de incidência é constituído pelas operações propriamente técnicas, das quais portanto se distinguem. A função do método, numa formação científica dada, consiste fundamentalmente em operar a selecção das técnicas de pesquisa a aplicar por referência ao objecto e à teoria que o constrói, em determinar-lhes os limites e as condições úteis de exercício, em relacionar e integrar os resultados obtidos. Por isso se pode dizer que o conjunto de procedimentos constitutivos duma técnica de investigação tem de ser de algum modo reinventado cientificamente de cada vez que a sua utilização é requerida.

Tentando formalizar a articulação dos diversos meios de trabalho num ciclo teórico dado, propõe-se o quadro da página seguinte.

O ponto de partida de um qualquer ciclo teórico é, como antes se viu, um conjunto de informações sobre o real, referenciável a uma problemática teórica: informações não elaboradas (noções) — de natureza ideológica, portanto —, ou só parcialmente elaboradas, constitutivas de um problema sobre que uma matriz disciplinar poderá trabalhar. É esse trabalho de transformação que, no seu termo, tentará contribuir para a apropriação teórica do problema de partida, pela construção dos elementos indispensáveis. Tentará construir objecto(s) (c_{vs}) apto(s) a dar conta da «zona» de problemas que aparece representada no esquema por x .

As fases do ciclo exigem recurso aos meios de trabalho: teoria, métodos, técnicas. E já se vê que aqui se considera a teoria, enformadora de todo o processo, no que ela tem de internamente instrumental, ou seja, na sua aptidão para accionar os outros elementos da prática científica.

Os resultados parciais (r_x , r'_x) que o processo vai gerando podem referir-se quer a conhecimentos directamente construtores do objecto, quer a elementos por assim dizer processuais, que a prática de investigação impõe, em função do próprio objecto que se constrói. Poderão ser, portanto, elementos conceptuais da teoria em formação ou elementos conceptuais que essa teoria necessariamente envolve no próprio processo da sua constituição. Neste último caso (técnicas metodologicamente criticadas) admitir-se-á que os elementos ou já tinham sido utilizados em trabalhos ante-

652 ²⁷ Raymond BOUDON e Paul LAZARSFELD, *Le Vocabulaire des Sciences Sociales*, Paris, Mouton, 1965, p. 4.

riores da matriz teórica disciplinar ou foram recuperados/reinventados *ad hoc*.

Os elementos novos dos dois tipos considerados serão passíveis de integração sistémica na matriz se o seu grau de generalidade e de disponibilidade, para além do «conhecimento concreto da situação concreta» que a investigação em causa visa directamente, assim o impuser.

E não se deve estranhar que a matriz teórica T possa incluir conceitos processuais (métodos, técnicas) só porque fora dito que a considerávamos de um ponto de vista sincrónico. É que os conceitos-conhecimentos são de certo modo indissociáveis da prática que os produziu; ler uma matriz teórica significa ler a espessura operatória do que nos aparece em primeira análise como mera articulação sistémica e lógica de resultados «puros». Nem de outra maneira se poderia retirar da matriz a força instrumental que permite o seu contínuo movimento de auto-superação.

Não existe uma ciência unitária e universal. Existem, sim, formações científicas historicamente situadas, dotadas de autonomia relativa, de temporalidade própria, de ritmos desiguais de desenvolvimento, como desigual é a sua inserção em estruturas sociais determinadas. Cada uma dessas formações autodefine o seu campo, constrói e reconstrói os instrumentos adequados ao tratamento dos seus objectos, ou seja, articula diferencial e explicitamente a teoria e a experiência dentro do processo de produção de conhecimentos.

Já se vê que não faria sentido a busca duma metodologia

Notas ao quadro da página anterior

- a) $t_1, t_2, \dots, t_i, \dots, t_n$ — Conjunto das técnicas disponíveis, cada uma delas integrada dos respectivos elementos, notados K (v. g.: K_{12} — elemento de ordem 2, pertencendo ao conjunto t_1).
- b) x — «Zona» de problemas; $x \in \{1, \dots, j, \dots, m\}$. (Cfr. nas pp. 647 e 648 definição de matriz teórica).
- c) c (colunas 3 e 4) — Elementos conceptuais previamente integrados na matriz teórica;
 I_x — Conjunto de noções e/ou intuições sobre o objecto real e , portanto, referenciável a x , mas não especificamente referenciado às dimensões da problemática; daí não se prever índice representativo das linhas da matriz;
 α, β, γ — Elementos genéricos de três quaisquer subconjuntos do conjunto $\{1, \dots, i, \dots, n\}$. (Cf. ainda definição de matriz teórica);
 α — Elemento genérico de um qualquer subconjunto do conjunto $\{1, 2, \dots, n_1\}$ dos índices de ordem dos elementos da técnica 1;
 β — Elemento genérico de um qualquer subconjunto do conjunto $\{1, 2, \dots, n_{i+1}\}$ dos índices de ordem dos elementos da técnica $i+1$;
 r_x, r'_x — Resultados parciais, eventualmente integráveis na matriz teórica.
- d) c (coluna 5) — Conceito eventualmente integrável na matriz. Se $y \leq n$ (sendo n o número de linhas da matriz teórica representativas das n dimensões da problemática) \rightarrow validação/infirmação (reformulação) de uma «zona» da matriz; se $n < y < n+1 \rightarrow$ acoplamento eventual de uma nova linha à matriz (cf. p. 648). Embora um coclo teórico desemoque, normalmente, num produto múltiplo, considera-se, com o objectivo de simplificação do esquema, ser y representativo de um único elemento.
- 654 e) $\cdot, 1, 0, \#, \#$ — Operações lógicas genéricas.

apriorística, fundamento intemporal, uniforme e desenraizado de uma pesquisa ela própria idealizada. Tal metodologia apriorística haveria inevitavelmente de desembocar num exercício estéril de normativismo lógico, construtor de um espaço de rigor ilusório. E ela dobrar-se-ia de outra prioridade obsessiva: o estudo perfeccionista dos instrumentos de investigação, destinados a aplicações automatizadas, rituais e abstractas, incapazes, por isso mesmo, de se inserirem eficazmente na dialéctica teoria-experiência.

Mas não basta enunciar e aplicar o sistema coerente dos *contrôles* internos e formais sobre os instrumentos analíticos, tanto mais que as referências disponíveis para apoiar as opções metodológicas são frequentemente múltiplas e contraditórias. A metodologia não pode, por um lado, ceder à tentação de iludir a relação de interioridade que mantém com práticas científicas concretas, nem, por outro lado, furtar-se aos *contrôles* que sobre ela própria exerce a epistemologia.

Tanto a epistemologia como a metodologia abordam, portanto, criticamente as práticas concretas de investigação à medida que estas se desenrolam, abordagem situada, como vimos, a níveis diversos. Desde logo, e como também vimos, resulta a impossibilidade de um discurso geral epistemológico e de um discurso geral de método, no sentido de um conjunto de receitas a-históricas destinadas a promover garantias de cientificidade.

Igualmente se não poderá devolver à epistemologia a impossível função de fundadora exterior do saber científico: as teorias e as construções científicas autodefinem-se e autovalidam-se. O funcionamento da epistemologia é parcialmente parasitário, uma vez que a sua intervenção se verifica sempre após se ter alimentado dos quadros conceptuais disciplinares.

2. Dimensões de intervenção epistemológica

Se a sua razão de ser reside na permanente articulação das ideologias aos processos de produção de conhecimentos, como poderá a reflexão epistemológica desempenhar o seu papel de intervenção eficaz na conjuntura científica, por forma a promover a distanciação entre conhecimentos e ideologias? Como poderá situar as condições propiciadoras de demarcações, de cortes, de reformulações? Apenas tendo em conta a ligação de cada formação científica ao conjunto do espaço ideológico no qual justamente se definem as dialécticas ideologias teóricas/ciências, umas e outras determinadas pelas ideologias práticas^{28 29}. Mas é

²⁸ As ideologias práticas, na proposta de ALTHUSSER, são «formações complexas de montagens de noções-representações-imagens, por um lado, e montagens de comportamentos-conduta-attitudes-gestos, por outro. Todo o conjunto funciona como normas práticas que governam a atitude e a tomada de posição concreta dos homens em relação aos objectos reais e aos problemas reais da sua existência social e individual e da sua história». Seria provavelmente mais preciso dizer que são noções-representações-imagens *inscritas* em comportamentos... Com efeito, as ideologias manifestam-se como níveis de significação.

²⁹ Cfr. A. SEDAS NUNES, *op. cit.*, pp. 81 e segs., em especial p. 94.

preciso ir ainda mais além. É indispensável pensar a inserção das ciências nas formações sociais. O que remete para a dupla articulação práticas científicas/práticas ideológicas com as outras práticas constitutivas das relações sociais, com as outras estruturas ou sistemas que determinem os limites dessas práticas num espaço e num momento histórico dado. É indispensável definir a rede causal das modalidades múltiplas de interação, já que é multívoca a dialéctica teorias/ideologias e ela passa sem dúvida pela globalidade da estrutura social. Por outras palavras, e em resumo, as condições sociais de produção teórica são determinantes em relação às condições teóricas dessa produção.

É certo que a necessidade de conservar à epistemologia o campo restrito do estudo das condições e critérios formais de cientificidade é fortemente sublinhada pela maioria dos autores. Mas não é menos certo que seria mutilador iludir as outras dimensões de análise, ligadas às condições «materiais» de produção dos discursos teóricos, seja qual for, de resto, a sede disciplinar em que tais análises se encaixem.

Mas a perspectiva epistemológico-metodológica, em sentido restrito, circunscreve-se assim essencialmente às dimensões sintáctica (estudo das relações dos signos do discurso científico entre si, e portanto das normas lógicas de organização desse discurso) e semântica (relação dos signos com aquilo que representam, com os seus referentes). Logo se vê que não encontra meios de resposta, a não ser deslocada, a questões como a das articulações teorias/ideologias, ou da objectividade, entendida como um certo tipo de relação entre os conhecimentos e o seu objecto³⁰.

Para além da análise diferencial dos discursos científicos, é necessário localizar, como diz Eliseo VERÓN, os seus «meios de produção, relações de produção, circuitos de circulação e consumo, mecanismos de manutenção e mudança»³¹, o que depende da *intersecção* da análise propriamente epistemológica com o conhecimento a construir das formações sociais como totalidades articuladas de estruturas e práticas. Ora é justamente esse ponto nodal de ligação que nos parece poder definir, simultaneamente, o espaço da epistemologia e o da sua articulação exterior indispensável, os seus limites e os recursos que noutra lugar buscará para possibilitar o cumprimento da sua própria função.

Sem dúvida que as análises concretas não-de resultar em variações significativas, não apenas por causa da diversidade dos campos sociais de inserção das formações ideológico-científicas, não apenas devidas à diferenciação de ritmos e determinações das produções científicas numa formação social dada, mas ainda derivadas dos próprios níveis ou fases dum mesmo processo teórico. Sobre este último aspecto, e a título de exemplo, poderá afirmar-se,

³⁰ Cfr. Béatrice SOKOLOFF, «La conception wébérienne des sciences sociales et les obstacles majeurs à une sociologie scientifique», in *Sociologie et Sociétés*, III, 1, 1971, p. 129.

³¹ Cfr. Eliseo VERÓN, *Ideologia, Estrutura e Comunicação*, São Paulo, Cultrix, trad. do original argentino, 1970, p. 169.

em geral, que o grau de condicionamento social, ou, inversamente, o grau de autonomia do processo teórico, variará consideravelmente da *produção* de conhecimentos à sua *utilização*. O *contrôle* da utilização determina, com efeito, limites ainda bem mais rígidos do que aqueles que a procura social impõe ao produto.

Ao constatar a insuficiência dos *contrôles* epistemológicos e metodológicos, VERÓN propõe uma nova dimensão de análise, a dimensão pragmática da ciência, «metalinguagem» da linguagem científica. Ela consistiria no «estudo das relações dos signos (do discurso científico) com os usuários, ou seja, com aqueles que os emitem ou recebem em determinadas situações»³², na análise do «sistema (aplicado) de decisões» que conduz a uns certos produtos científicos, e não a outros, dentro dos limites demarcados por um conjunto definido de regras formais sintáctico-semânticas. A análise pragmática integraria as outras duas dimensões, exaustivas do «estudo das condições formais do conhecimento científico e das normas que regulam o seu exercício», só ela desembocando numa «visão completa do conhecimento científico como *processo produtivo* no interior da sociedade»³³. Ponto de partida da pragmática é, pois, o estudo «das normas de procedimento, das técnicas e dos corpos conceptuais existentes numa disciplina num momento dado, como *campos de alternativa* dentro dos quais se movem as decisões do cientista». Há que recensar esses campos de alternativa, para num segundo momento determinar as razões das suas características (articulações, dominâncias, etc.). É o segundo momento que justamente vem implicar a consideração do contexto social e dos mecanismos mediadores da relação entre as «variáveis sociológicas globais e os produtos do conhecimento científico»³⁴.

A resultados semelhantes, do ponto de vista que procuramos elucidar, chega Michel FOUCAULT ao pretender dar conta das condições necessárias à emergência historicamente localizada dum objecto de discurso³⁵. A busca dessas condições define um percurso analítico incidente num conjunto articulável e complexo de relações: «sistema das *relações primárias* ou *reais*, sistema das *relações segundas* ou *reflexivas* e sistema das *relações* que se podem chamar propriamente discursivas.» Estas últimas «determinam o feixe de relações que o discurso deve efectuar para poder falar destes ou daqueles objectos, para poder tratá-los, nomeá-los, analisá-los, explicá-los, etc. [Elas] não caracterizam nem a língua que o discurso utiliza, nem as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática». Determinar o sistema de normas enformador da prática discursiva criadora de objectos implica a centragem da especificidade das relações discursivas, que, por sua vez, passa pela análise da sua articulação com os outros dois sistemas de relações referidos.

Ter por objecto a instância do acontecimento discursivo,

³² Cfr. Eliseo VERÓN, *op. cit.*, p. 170.

³³ Id., *ibid.*, p. 191.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 192.

³⁵ Michel FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, Gallimard, 1969, pp. 61 e segs.

objecto rigorosamente demarcado da língua e do pensamento, exige portanto o recurso a outros sistemas não discursivos, enumerados por FOUCAULT de forma exemplificativa: «acontecimentos [...] de ordem técnica, prática, económica, social, política, etc.»³⁶ E isto muito embora não tenha o próprio autor sistematizado as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e económicas³⁷. O mesmo caminho é necessário para a descrição, ainda que sempre parcial, do «arquivo», «jogo das regras que determinam numa cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua supressão, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*»³⁸. É o que claramente resulta também do seguinte passo: «a descrição arqueológica dos discursos desenvolve-se na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo esse domínio das instituições, dos processos económicos, das relações sociais, sobre os quais se pode articular uma formação discursiva; ela procura mostrar de que forma a autonomia do discurso e a sua especificidade lhe não dão no entanto um estatuto de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer iluminar é esse nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos, que têm, eles mesmos, o seu tipo próprio de historicidade e que estão em relação com todo um conjunto de historicidades diversas.»³⁹ O espaço do «saber», objecto da arqueologia, onde irrompem e se recortam as ciências é identificável ao que designámos por instância ideológica⁴⁰. É nesse espaço, estruturado pela articulação de práticas discursivas e não discursivas, que se definem as relações ideologias/ciências. E FOUCAULT pode assim formular rigorosamente a questão: «Abordar o funcionamento ideológico de uma ciência para o revelar e para o modificar não consiste em mostrar os pressupostos filosóficos que podem habitá-la; não consiste em voltar aos fundamentos que a tornaram possível e a legitimam: consiste em repô-la em questão como formação discursiva; consiste em abordar, não as contradições formais das suas proposições, mas o sistema de formação dos seus objectos, dos seus tipos de enunciados, dos seus conceitos, das suas opções teóricas. *Consiste em retomá-la como prática entre outras práticas.*»⁴¹

Também em *Le Métier de Sociologue* se toma inequivocamente posição sobre a importância instrumental da sociologia do conhecimento⁴² e da sociologia da sociologia⁴³, no sentido de inserir as

³⁶ Michel FOUCAULT, «Resposta ao círculo de epistemologia», in *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1971, p. 24.

³⁷ Vd. «Entrevista com Michel Foucault», por Sérgio Paulo ROUANET e José Guilherme MERQUIOR, in *O Homem e o Discurso*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1971, p. 17.

³⁸ Michel FOUCAULT, «Resposta ao círculo de epistemologia», in *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*, já citado, p. 26.

³⁹ ID., *L'archéologie du savoir*, já citado, p. 215.

⁴⁰ Cfr. Dominique LECOURT, *Pour une critique de l'épistémologie*, Paris, François Maspero, 1972, pp. 98 e segs.

⁴¹ Michel FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, já citado, p. 243 (sublinhado nosso).

⁴² *Op. cit.*, pp. 9 e segs.

⁴³ *Op. cit.*, pp. 109 e segs.

opções epistemológicas no seu campo social e restituir por essa via as condições históricas e sociais dos erros epistemológicos. O sujeito científico deixa de ser o fulcro da questão epistemológica, abandonando-se assim uma certa tradição da sociologia do conhecimento centrada na subjectividade; em seu lugar aparecem como prioritárias as condições sociais de produção das obras sociológicas, capazes de prolongar a «psicanálise do espírito científico», proposta por BACHELARD⁴⁴.

BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON definem a teoria do conhecimento sociológico como «sistema das regras que regem a produção de todos os actos e de todos os discursos sociológicos possíveis, e apenas esses», como uma «metaciência» que não pode ser confundida com a teoria do social⁴⁵.

Preocupados em afirmar a possibilidade imediata de constituição dessa teoria do conhecimento sociológico, ao mesmo tempo que reconhecem a impossibilidade actual de uma «teoria geral e universal das formações sociais», descobrem uma convergência epistemológica fundamental (provavelmente discutível, de resto) entre «autores que tudo separaria no terreno da teoria do sistema social»⁴⁶.

Tínhamos mostrado já que julgamos inaceitável a posição que atribui à epistemologia o estatuto de *fundadora exterior* do conhecimento científico. Mas o que é mais importante sublinhar aqui é a incoerência que parece resultar da afirmação de coexistência duma epistemologia unitária, «princípio gerador das diferentes teorias parciais do social», com essas mesmas teorias parciais e desconexas, cuja única referência comum e unificadora reside aparentemente na «metaciência» que lhes garante cientificidade.

Com efeito, nega-se com clareza uma «realidade trans-histórica à estrutura do campo epistemológico»⁴⁷. Afirma-se que «as oposições epistemológicas apenas ganham todo o sentido quando são referidas ao sistema de posições e oposições que se estabelecem entre instituições, grupos ou *cliques* diferentemente situados no campo intelectual»⁴⁸. Chama-se a atenção para a influência determinante da ideologia classista na prática científica e, consequentemente, para a inelutabilidade da análise da dialéctica classe/sociedade global⁴⁹. Insiste-se em que «os erros epistemológicos estão inscritos como tentações, incitações ou determinações nas instituições e nas relações sociais [...] e nunca se reduzem a simples cegueiras individuais»⁵⁰. Denuncia-se «a ilusão duma objectividade fundada apenas sobre o espírito de objectividade»⁵¹.

Que significa todo esse amplíssimo esboço de programa de investigação, senão o reconhecimento da urgência de uma teoria

⁴⁴ *Op. cit.*, pp. 9, 10 e 384.

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 55.

⁴⁶ *Op. cit.*, p. 11.

⁴⁷ *Op. cit.*, p. 104.

⁴⁸ *Op. cit.*, p. 107.

⁴⁹ *Op. cit.*, p. 108.

⁵⁰ *Op. cit.*, p. 384.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 389.

do sistema social, tal como IPOLA a define, ou seja, de «*um sistema de conceitos abstractos, cuja pertinência e alcance teóricos lhe conferem o direito de constituir o ponto de partida necessário de qualquer análise sociológica*»? ⁵² E, para além disso, tal programa não implicará igualmente o reconhecimento da urgência de actualização progressiva desse sistema de conceitos abstractos em conhecimentos efectivos das formações sociais, que permitam justamente formular e reformular as proposições propriamente epistemológicas? Por outras palavras: se a efectivação do programa implícito, tido por *instrumental*, é condição das formulações epistemológicas, se essa efectivação é também tributária, para ser coerente, do tal sistema sociológico de conceitos abstractos, então como é possível dar desde já o salto para a epistemologia unitária?

Parece que os autores, cedendo possivelmente à tentação de transpor a problemática da filosofia tradicional das ciências, vêm negar o que por outro lado claramente afirmaram: a dialéctica ciência/«metaciência». Daí um duplo risco: servir uma filosofia «espontânea» do saber e do social em substituição da epistemologia e da teoria, ou cair numa visão psicologizante dos obstáculos epistemológicos e dos respectivos exorcismos. E isso, repetimos, quando esse risco foi incansável e justamente denunciado.

O interesse desta breve excursão pelos autores mencionados reside em mostrar que, embora partindo de perspectivas e problemáticas diversas, embora utilizando instrumentos conceptuais diferentes, eles concordam no reconhecimento de que uma epistemologia desenraizada, ignorante quer dos materiais a recolher nas disciplinas científicas sobre que se debruçam, quer dos que resultam da análise dos campos interdisciplinares, quer ainda dos provenientes duma sociologia do conhecimento e das ideologias, se negaria a si própria. E nesse caso teriam razão os que a consideram como uma redundância vazia, dobrando inútilmente o labor metódico da prática científica.

Tratou-se pois igualmente de constatar uma convergência, mas de conteúdo menos ambicioso do que o da que no *Métier* se julgou descobrir. Por nosso lado procurámos apenas marcar um certo balizamento, que nos parece obrigatório, do percurso epistemológico, deixando quase totalmente em aberto a questão dos seus resultados específicos: eles só podem ser formulados em conjugação com os corpos *teóricos* de referência, na sua progressão historicamente situada.

Não se podem analisar, portanto, as ciências e as ideologias sem estudar a respectiva e diversa função social e níveis de efeitos, sem ter em conta os símbolos, as mensagens e os seus *media* articulados aos modelos de comportamentos sociais contraditórios, sem pensar a situação e inserção social dos produtores e consumidores, designadamente as respectivas situações e posições de classe, sem ser remetido para os aparelhos em que as ciências e

⁵² Emilio de IPOLA, «Vers une science du texte social», in *Sociologie et Sociétés*, II, 1, p. 134. Conferir todo o artigo, para uma crítica paralela à que aqui se indica.

as ideologias se instituem, para o seu funcionamento de suportes materiais e de veículos definidores de modos específicos de comunicação, bem como para os esboços conflituais de «contra-instituições», sem abordar as formas diferenciais de transmissão, apropriação e aplicação do saber, ou seja, numa palavra, sem percorrer o conjunto das práticas e estruturas das formações sociais.

3. O caso das ciências sociais

Afirmávamos atrás que as ideologias práticas determinavam as articulações específicas ideologias teóricas/formações científicas. O que se torna agora importante indicar é a diferença característica das ideologias teóricas que coexistem e resistem às formações científicas do tipo «ciências da natureza», em relação às ideologias teóricas que resistem e eventualmente dominam as formações científicas do tipo «ciências sociais».

Na verdade, se todas as formações científicas concretas são formações teórico-ideológicas, as ciências sociais caracterizam-se pela dominação do ideológico. Essa dominação, que traduz simultaneamente uma dimensão quantitativa, carece naturalmente, por sua vez, de ser explicada. Sem entrar em explicações que se pretendam exaustivas, diremos com Thomas HERBERT⁵³ que os trabalhos teóricos desenvolvidos em cada um destes grupos de ciências mantêm relações diversas com a estrutura social, defrontando conseqüentemente resistências igualmente diversas ao procurarem produzir ou reproduzir metódicamente as respectivas matrizes teóricas. Com efeito, e para circunscrever as indicações a um ponto importante, as ciências ditas da natureza defrontam um tipo de ideologias que não desempenha hoje papel fundamental na coesão da formação social no seu conjunto. Historicamente, contudo, esse tipo de ideologias pôde funcionar de maneiras diversas: a alquimia, por exemplo, apenas exerceu resistência localizada à progressão científica; mas basta relembrar os nomes de COPÉRNICO ou GALILEU e a importância global das mitologias cosmogónicas para se avaliar a particular tenacidade de que tais ideologias se revestiram, só compreensível pela sua função essencial de «cimento».

Pelo contrário, as ideologias teóricas que se autodesignam ciências sociais ainda desempenham uma função práctico-social de coesão global das estruturas e das práticas. Elas transcodificam as ideologias práticas, dotando-se dos protocolos de cientificidade, formalizando-se e sistematizando-se de acordo com esses protocolos, ganhando coerência e autor; passam então a exercer uma resistência pluriforme e rígida, ligada à necessidade de reprodução da formação social na pluralidade dos seus níveis. E exercem, por

⁵³ Thomas HERBERT, «Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale», in *Cahiers pour l'Analyse*, 1 e 2, 1966, pp. 141 e segs., e «Pour une théorie générale des idéologies», in *Cahiers pour l'Analyse*, 9, 1968, pp. 74 e segs.

sua vez, uma acção em retorno sobre as ideologias práticas, às quais fornecem alguns dos elementos que produziram no seu trabalho de elaboração, bem como lhes conferem nova consistência e «legitimidade». São justamente as representações que produzem, institucionalizadas como ciências, que tendem a adaptar e readaptar as estruturas às relações sociais e estas às primeiras, numa função geral de organização e racionalização de situações sociais que se pretendem essencialmente estáticas⁵⁴. Tais ideologias teóricas designam os diversos papéis na sociedade, ao mesmo tempo que pautam os procedimentos-padrão dos seus agentes-portadores.

Se assim é, e repetimos que se trata apenas da indicação de um nível de análise entre as múltiplas dimensões a considerar no estudo diferencial das ciências sociais, então já se vê como é particularmente aguda, neste domínio, a questão epistemológica⁵⁵.

ALTHUSSER chamou filosofia espontânea dos cientistas às noções que têm os investigadores a respeito da sua própria actividade profissional e da natureza dos produtos em que essa actividade desemboca. Procurar-se-ia em vão descortinar nessa filosofia uma coerência estrita, mas, em compensação, é possível observar nela a preeminência de um elemento idealista susceptível de assumir formas diversas. No caso das ciências sociais há uma certa concórdância em considerar o empirismo e o formalismo (variantes daquilo que BACHELARD chamava o «obstáculo substancialista»)⁵⁶ os subprodutos principais dessa epistemologia espontânea. A denúncia epistemológica da ideologia substancialista tem uma importância fácil de antever, se se pensar nos desvios que introduz no trabalho teórico, levando designadamente à construção acrítica e inconsciente dos «artefactos» de que fala *Le Métier de Sociologue*.

Mais importante, porém, parece ser a penetração ideológica no trabalho em sociologia pela via da «sociologia espontânea dos sociólogos». É que é aí que se veiculam sobretudo as ideologias práticas dominantes. Os sociólogos⁵⁷ são naturalmente também portadores dessas ideologias e tendem portanto a reproduzi-las na sua prática profissional sob forma mais ou menos elaborada, sistematizada e formalizada. Igualmente em relação à sociologia espontânea dos sociólogos, seria possível designar diversas variantes, mas actualmente parece ser a ideologia humanista a que de-

⁵⁴ Cfr. Manuel CASTELLS, *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*, Madrid, Siglo XXI, 1971, p. 6.

⁵⁵ Não se pense contudo que a intervenção epistemológica, ou, melhor, a prática teórica epistemologicamente criticada, é suficiente, por si só, para romper com a dominação do sistema das ideologias sobre o campo das ciências sociais. Recordamos que a autonomia do teórico é relativa; as condições de ruptura dessa dominação só podem resultar da condensação de factores atinentes ao conjunto das práticas numa formação social dada, e em especial da prática política. Na verdade, as condições sociais de produção teórica são determinantes das condições teóricas dessa produção, e portanto dos produtos.

⁵⁶ Gaston BACHELARD, *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 1970, pp. 97 e segs.

⁵⁷ Não apenas os sociólogos, evidentemente, mas também os especialistas de todas as outras ciências sociais. Apenas por comodidade de aproveitamento da expressão proposta por ALTHUSSER nos referimos aqui exclusivamente aos sociólogos.

sempenha o *papel principal* de resistência ao estudo científico das relações sociais.

A conjugação da epistemologia espontânea dos sociólogos com a sua sociologia espontânea traduz-se na formulação de noções operacionais ou sistémicas que vão constituir outros tantos instrumentos da respectiva actividade. Assim se assegura a reprodução do campo das ciências sociais, com a sua dominante ideológica⁵⁸.

4. O nível da linguagem

A análise que tentaremos circunscrever-se-á, naturalmente, ao domínio das ciências sociais. Não se trata, como é evidente, mesmo dentro do que designámos por condições teóricas de produção científica, de explorar a pluralidade de vias e dimensões atrás esboçadas, que o estudo dos discursos das ciências sociais exigiria. Interessa-nos aqui tão-só o nível da linguagem, embora ele nos devolva necessariamente à restituição parcial de tais vias e dimensões.

É na linguagem comum que se veicula privilegiadamente o «conhecimento» espontâneo, o todo mais ou menos coerente a que vínhamos chamando sistema das ideologias práticas. Todo o trabalho teórico exige, assim, como condição primeira, a demarcação com respeito a essa linguagem; tende portanto a criar um subcódigo, a formular com o rigor possível os conceitos sistemáticos e operatórios indispensáveis, constitutivos de uma linguagem científica adequada à produção de conhecimentos. Um dos procedimentos possíveis consistiria em partir da disponibilidade semântica da linguagem vulgar, para, num segundo momento, operar o seu aproveitamento localizado, através da fixação controlada da significação capaz de lhe reduzir a ambiguidade.

Se as ciências ditas exactas produzem já, em larga medida, as linguagens instrumentais de que vão carecendo, o mesmo não acontece no que se refere às ciências sociais. É fácil é perceber as consequências negativas do recurso incontrolado ao léxico geral, a que estas são obrigadas. É verdade que se tenta reduzir a imprecisão e a polissemia. Proliferam as expressões compostas, as aspas, as metáforas, as imagens, as analogias, os conceitos importados de campos disciplinares diversos. Reivindica-se o direito a um certo hermetismo, a um «calão» próprio, capaz de garantir a distância à linguagem vulgar. Mas as mais das vezes continuam a reproduzir-se as prenoções ideológicas, cuja denúncia se torna ainda mais árdua, dada a coloração formalizada e «sábia» dos discursos.

Seja como for, insistentemente se afirma a premência dessa denúncia, sob a forma de reconstituição daquilo que se designa

⁵⁸ Cfr. sobre este ponto, e a respeito de Max WEBER, o artigo de Béatrice SOKOLOFF «La conception wébérienne des sciences sociales et les obstacles majeurs à une sociologie scientifique», in *Sociologie et Sociétés*, III, 1, 1971, pp. 117 e segs.

por nível conotativo da linguagem, revelador de conteúdos ideológicos. Parece, assim, que o conceito de conotação se incluirá forçosamente entre os elementos básicos de uma crítica metódica da linguagem vulgar, tornada urgente se se pretender a sua reapropriação científica.

O cumprimento do objectivo deste artigo, que no seu título se inscreve, passará pois pela delimitação do conceito de conotação. Tal tarefa exige, no entanto, que previamente se explicitem alguns outros conceitos, integrados já na matriz teórica da linguística. Assim nos parecem justificados o teor e a organização da parte II, que aparentemente se acharia inoportuna e deslocada na economia do trabalho.

II

CONTRIBUTO DA LINGUÍSTICA E DA SEMIOLOGIA PARA A ANÁLISE DA CONOTAÇÃO

1. Alguns conceitos da linguística

O trabalho de elaboração do objecto da linguística geral conduziu SAUSSURE à produção do conceito dicotómico *língua/fala*. O primeiro termo desta dicotomia constituirá, entretanto, objecto privilegiado da análise que pretenda reconstituir cognitivamente a natureza «multiforme e heteróclita» da linguagem, considerada no seu todo.

Ora a *língua*, na concepção de SAUSSURE, é simultaneamente «um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos»⁵⁹. A língua é, pois, instituição social e sistema de regras que determinam as possibilidades combinatórias das unidades em que se decompõem os enunciados linguísticos produzidos. Se encararmos a língua do ponto de vista destas unidades, podemos considerá-la como sistema de signos.

Na terminologia de SAUSSURE, *signo linguístico* é definido como a associação indissolúvel de dois componentes: o *significante* e o *significado*, ou seja, imagem acústica⁶⁰ e conceito⁶¹, entretendo relações de pressuposição recíproca. Ao processo que une significante e significado e cujo produto é o signo poderemos chamar *significação*, embora esta palavra seja também utilizada para definir o próprio significado. («Por significado», diz, por exemplo, GREIMAS, «designar-se-á a significação ou significações que são

⁵⁹ Ferdinand de SAUSSURE, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1968, p. 25.

⁶⁰ Ou gráfica, acrescentamos pela nossa parte.

⁶¹ Apesar de SAUSSURE utilizar expressamente o termo «conceito», preferiríamos, por razões de coerência terminológica, substituí-lo por representação mental, eventualmente noção.

recobertas pelo significante e manifestadas graças à sua existência.»⁶² A (vulgar) identificação do signo com o significante provém pois de uma inadequação no modo de encarar a realidade bipolar do signo linguístico para a qual SAUSSURE explícita e repetidamente chamou a atenção.

Para HJELMSLEV é possível, tanto no *plano da expressão* (plano dos significantes) como no *plano do conteúdo* (plano dos significados), opor a *forma* à *substância* respectiva. O modo como o plano da expressão se segmenta e é estruturado pelas relações nele definidas (regras paradigmáticas e sintagmáticas⁶³) constitui a *forma da expressão*. As mesmas unidades formais podem, entretanto, realizar-se em *substâncias da expressão* diferentes (fónica, gráfica). Para se compreender a distinção entre forma e substância do conteúdo, podemos recorrer a um exemplo: não é possível, em geral, estabelecer uma correspondência biunívoca entre os termos que designam, nas diferentes línguas, os elementos do espectro das cores (*brown — brun, marron*)⁶⁴. Pode então reservar-se a designação de *forma de conteúdo* para o modo de estruturação semântica próprio de cada língua que, em relação ao espectro das cores, como em relação a qualquer outro eixo semântico, estabelece as suas fronteiras, não totalmente coincidentes com as estabelecidas por outras línguas. O eixo semântico, o «fundo sobre o qual se destaca a articulação da significação»⁶⁵, corresponde ao que se pode designar por *substância do conteúdo*.

Repare-se que a necessidade de «isolar» o conceito de língua não afasta SAUSSURE do plano da utilização concreta, individualizada, da «faculdade da linguagem». Não o afasta, em suma, do segundo membro da dicotomia acima referida: *a fala (la parole)*. A fala compreende não só as combinações susceptíveis de «expressarem» o pensamento do falante, como ainda os actos de natureza psicofísica necessários à execução e exteriorização dessas combinações. A distinção entre língua e fala corresponde, pois, em SAUSSURE, à cisão que, no domínio da linguagem, se pode operar entre o que é social, latente, e o que é actualização individual⁶⁶.

«Sem dúvida», diz SAUSSURE, «estes dois objectos (língua e fala) estão estreitamente ligados e supõem-se um ao outro», mas, dada a impossibilidade de captar «o todo global da linguagem», ele afirma não só a necessidade de divisão do âmbito da sua análise, como também a premência de constituir a língua em objecto

⁶² A. J. GREIMAS, *Sémantique Structurale*, Paris, Larousse, 1969, p. 10.

⁶³ Vide nota 72.

⁶⁴ Exceptuam-se os casos de *isomorfismo semântico*.

⁶⁵ A. J. GREIMAS, *op. cit.*, p. 21.

⁶⁶ Mattoso CÂMARA JR. defende a tradução de *parole* por discurso — «actividade linguística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do individuo»; cfr., a este propósito, *Princípios da Linguística Geral*, Rio de Janeiro, Livraria Académica, 1967, p. 24 e respectiva nota 1. John LYONS inclina-se para a utilização de enunciado quando se refere «àquilo que os locutores dizem efectivamente quando 'falam a sua língua'», insistindo em considerar os enunciados como «exemplos» de fala; cfr. *Linguistique Générale — Introduction à la linguistique théorique*, trad. do inglês, Paris, Larousse, 1970, p. 42.

da linguística propriamente dita. O que importa sublinhar neste momento é que SAUSSURE explicita as formas de interacção língua/fala em moldes que não nos deixam dúvidas quanto à sua concepção da dicotomia: língua e fala são dois termos que só se definem rigorosamente se considerarmos o processo dialéctico que os une ⁶⁷.

Roman JAKOBSON adopta, ao contemplar a mesma dicotomia, um padrão terminológico que se lhe antevê menos ambíguo: em vez de língua/fala propõe-nos *código/mensagem* ⁶⁸ ⁶⁹. Vale a pena referir que JAKOBSON coloca com extrema clareza o problema das relações entre código, mensagem e os protagonistas da comunicação linguística: «[...] todo o acto de fala põe em jogo uma mensagem e quatro elementos que lhe estão ligados: o *emissor*, o *receptor*, o *tema* ('topic') da mensagem e o *código* utilizado.» ⁷⁰

Na capítulo «Linguistique et Poétique», incluído no volume que temos vindo a citar, a questão é formulada de modo ligeiramente diferente: são factores constitutivos de todo o acto de comunicação verbal não só o *emissor* («destinateur» na tradução francesa), *receptor* («destinataire»), *mensagem*, *código*, mas também o *contexto* a que a mensagem se refere (factor paralelo àquilo que se designava no modelo anterior por tema-«topic») e o contacto que permite aos «actores» do processo linguístico estabelecerem e manterem a comunicação.

Afirma, entretanto, JAKOBSON que cada um destes factores «faz nascer» uma função da linguagem: a função dita *expressiva* centra-se sobre o emissor e visa restituir directamente a atitude do sujeito em relação àquilo de que fala; a função *conativa* é orientada para o destinatário (daí ser também designada por apelativa ou imperativa); a função *poética* centra-se sobre a própria mensagem; a função *metalinguística* envolve a centragem do discurso sobre o código (o que, na linguagem de todos os dias, acontece quando emissor e receptor consideram necessário verificar se utilizam o mesmo código); a função *referencial*, denotativa ou cognitiva, que atribui à mensagem uma orientação para o contexto; finalmente, a função *fática* ou de simples contacto.

Importante se torna sublinhar o facto de nenhuma mensagem ser analisável em termos de apenas uma função da linguagem.

⁶⁷ Cfr. SAUSSURE, *op. cit.*, pp. 37-38; Roland BARTHES, *Éléments de Sémiologie*, Paris, Gonthier, 1969, pp. 87-88.

⁶⁸ Roman JAKOBSON, *Essais de Linguistique Générale*, Paris, Éditions de Minuit, col. «Points», 1970, pp. 26 e segs. Sobre as múltiplas utilizações do termo «código» em linguística ver Georges MOUNIN, *Introduction à la Sémiologie*, Paris, Éditions de Minuit, col. «Le Sens Commum», 1971, pp. 77-87.

⁶⁹ Sobre a possibilidade de identificar língua e código, problema que parece ser resolvido por Pierre GUIRAUD, pelo menos parcialmente, de uma forma negativa, ver deste autor «Langage et théorie de la Communication», in *Le Langage*, «Encyclopédie de la Pléiade», 1968. De um modo sucinto, poderemos dizer que GUIRAUD considera provisoriamente a língua como um código de tipo repertório, para depois referir que a convenção linguística é necessariamente vaga e susceptível de reajustamentos constantes (o que não acontecerá num código *stricto sensu*). Afirma GUIRAUD ainda que o sistema de convenções definidor de um código necessita de ser explicitado, o que não acontecerá numa língua natural, mas tão-só em certas formas de língua científica.

⁷⁰ R. JAKOBSON, *op. cit.*, pp. 28-29.

Se é verdade que a estrutura verbal da mensagem linguística depende de qual seja a sua função dominante, não lhe é indiferente contudo o modo como nela se combinam as outras funções; daí que o estabelecimento de uma tipologia das mensagens linguísticas envolva o conhecimento das diversas formas como se articulam e hierarquizam as funções da linguagem nos discursos produzidos.

Voltemos, entretanto, ao modelo da comunicação verbal proposto por JAKOBSON. Qualquer utilizador da linguagem executa, ao emitir uma mensagem, duas operações: *selecção* e *combinação*. A partir de um código comum ao destinatário, o emissor selecciona certas entidades linguísticas (o que envolve a prévia possibilidade de substituir um termo por outro) para as *combinar* em unidades linguísticas com um maior grau de complexidade (combinar e contextualizar são dois aspectos da mesma operação)^{71 72}. O problema da articulação entre código e mensagem (língua e fala) não é, como se vê, abandonado por JAKOBSON; ele afirma mesmo que é o conhecimento do código comum ao emissor e receptor e subjacente ao intercâmbio de mensagens que constitui a base de uma análise do discurso. O retorno ao código, mesmo quando a investigação parece operar um deslocamento em direcção à mensagem ou ao plano dos participantes no acto da comunicação linguística, acaba sempre por se lhe impor.

Tem importância assinalar, a este propósito, que o código não é por ele considerado como «sensivelmente o mesmo» para todos os membros de uma «comunidade linguística», como pretendia SAUSSURE. Em vez de «comunidade» refere-se a *comunidades linguísticas* com diferentes âmbitos; o código geral é, pois, considerado multiforme e analisável numa hierarquia de *subcódigos* escolhidos pelo falante, em função da mensagem, do destinatário e da relação entre os interlocutores⁷³.

Esta chamada de atenção para o facto de a escolha do subcódigo ser determinada pela relação entre os interlocutores (forçosamente em função do destinatário) torna contestável a pertinência da noção de *idiolecto* («a linguagem enquanto falada por um

⁷¹ «O destinatário percebe que o enunciado dado (mensagem) é uma combinação de partes constituintes (frases, palavras, fonemas, etc.) seleccionadas no repertório de todas as possíveis partes constituintes (código)», JAKOBSON, *op. cit.*, p. 48.

⁷² Assim sendo, é possível considerar dois tipos de relações entre os componentes de uma mensagem: de *contiguidade* (entre constituintes de um contexto linguístico); de *similaridade* (entre signos de um grupo de substituição). Já SAUSSURE se preocupava em conceptualizar estes dois tipos de relações. Distinguiu dois eixos segundo os quais elas se podem destacar: o *eixo sintagmático* (*sintagma*), correspondente à combinação de signos constitutiva da «cadeia falada» e no qual os termos se relacionam *in presentia* numa série efectiva — *relações sintagmáticas*; o *eixo paradigmático* (*paradigma*), decomponível num conjunto de campos associativos, onde estão contidos os termos que constituam — por virtude de um qualquer critério de afinidade — alternativas para o termo efectivamente existente na cadeia sintagmática; aqui se podem situar as *relações paradigmáticas*.

⁷³ R. JAKOBSON, «La Linguistique», in *Tendances Actuelles de la Recherche en Sciences Sociales et Humaines*, Paris-Haia, Mouton/Unesco, 1970, vol. I, p. 550.

só indivíduo) ⁷⁴, a não ser que lhe limitemos o domínio de aplicação ao caso da linguagem dos afásicos e eventualmente ao «estilo» de um escritor, como, aliás, sugere Roland BARTHES ⁷⁵. Pode ainda admitir-se o alargamento da noção, de modo que o idiolecto seja considerado como a «linguagem» de uma comunidade linguística.

*

A problemática da linguística (post-saussuriana) é pois o espaço relativamente aberto onde se insere uma matriz teórica com zona de manobra inscrita no domínio de compatibilidade definido pela estrutura dessa problemática. Ora a necessidade de apropriação cognitiva das manifestações da linguagem tem vindo a exigir que se realize um percurso de transformação controlada da matriz teórica da linguística.

Grande parte desse percurso será determinado, segundo Jean MOLINO ⁷⁶, pela urgência de resposta a esta interrogação: «[...] como se 'encarna' a língua nos locutores individuais?» De outro modo, que também ele nos sugere: *nada* haverá entre a língua como sistema e a multiplicidade das falas individuais?

Quer-nos parecer que os conceitos de idiolecto e subcódigo, atrás referenciados, e o de sistema semiótico, que seguidamente enunciaremos, são alguns dos argumentos de uma possível resposta teórica às questões assinaladas. Para que esta se torne, se vá tornando, decisiva terá de ser integrada de outros marcos de análise. Forçoso é, então, que nos interroguemos sobre se a problemática da linguística permitiu que o processo de compactificação da sua matriz teórica cumprisse já o objectivo de conhecimento acima proposto; ou se, pelo contrário, o problema aqui encarado envolve, na busca da sua solução, um deslocamento de sede teórica (a questão deixa de ser pertinentemente linguística para se tornar psicológica, sociológica, etc.); se poderemos ainda admitir a investigação interdisciplinar como alternativa de perspectivação do que «existe» entre a língua e a multiplicidade das falas individuais.

Uma das interrogações-charneira deste trabalho formular-se-á então deste modo: a *conotação* existe já como conceito no corpo sistemático da linguística post-saussuriana? Designará a conotação um problema *da* sociologia, *da* psicologia? Surgirá antes a conotação como um problema prismado por disciplinas (constituídas?) várias e, conseqüentemente, como o sintoma de todo um trabalho interdisciplinar a fazer?

2. Hjelmslev — o conceito linguístico da conotação

Segundo HJELMSLEV, o objectivo da teoria linguística consiste em fornecer um «método» segundo o qual «um dado texto pode ser

⁷⁴ André MARTINET, cit. por R. BARTHES, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁷⁵ Roland BARTHES, *op. cit.*, p. 93.

⁷⁶ Jean MOLINO, «La Connotation», in *Linguistique*, n.º 1, 1971.

compreendido através de uma descrição autoconsistente e exaustiva.»⁷⁷.

A constatação da heterogeneidade dos textos permite que a teoria linguística tente um ajustamento da sua matriz teórica ao objectivo de conhecimento dos múltiplos e diversos factos da linguagem. E ao nível sistemático — língua (que, num primeiro momento de análise, permitiria supor o texto como uma entidade linguisticamente homogénea) — acrescentar-se-ão novos níveis, constituindo outros tantos sistemas semióticos, de forma a orientar a análise no sentido da «compreensão exaustiva» de um texto. HJELMSLEV indica-nos, a *título exemplificativo*, alguns desses sistemas, eventualmente coexistentes num mesmo texto: formas estilísticas (verso, prosa); estilos (criativo, imitativo); hierarquia de estilos (elevado, baixo); suportes materiais; tons; idiomas.

Qualquer elemento de um texto, numa fase de análise onde o pressuposto de homogeneidade tiver sido abandonado, é forçosamente prismado, não por um, mas por vários sistemas. Qualquer parte (no sentido de componente de um processo semiótico) de um texto pertence simultaneamente a um estilo, a uma forma estilística, a um idioma, a um tom, etc. A sobreposição destes sistemas (designemo-los por conotativos) num enunciado linguístico acrescenta algo à significação proposta por uma língua que fosse estritamente denotativa. A esse novo domínio de significação chamaremos precisamente *conotação*.

A análise de um texto impõe então que se destaquem os *conotadores*, ou seja, os «membros particulares de cada uma dessas classes (sistemas) e as unidades resultantes da sua combinação». Os conotadores surgem pois como partes (no sentido que lhes confere HJELMSLEV) presentes em unidades linguísticas tais como palavras, frases, de molde que se possam substituir por unidades pertencentes a outros sistemas (se possam, em suma, traduzir); esta possibilidade supõe a prévia dedução dos conotadores e a sua instauração em sistemas outros que não o denotativo e secundários em relação a este⁷⁸.

A introdução do conceito de conotação é, pois, sintoma de complexidade dos sistemas semióticos envolvidos num texto. O modelo capaz de analisar os sistemas semióticos conotativos deverá recobrir o sistema denotativo, considerado como linguagem-objecto, já que os conotadores correspondem ao conteúdo de um sistema semiótico cuja expressão é realizada precisamente por elementos daquele sistema denotativo. Como consequência disto, um sistema conotativo manifesta-se simultaneamente nos planos da forma e da substância, tanto da expressão como do conteúdo do sistema denotativo⁷⁹.

⁷⁷ HJELMSLEV, *Prolegomena to a theory of language*, trad. do dinamarquês, Madison, Wisc., 1961, p. 17.

⁷⁸ Cfr. A. J. GREIMAS, *Du Sens — Essais Sémiotiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1970, p. 95.

⁷⁹ Corresponde isto a dizer que um sistema conotativo se caracteriza pelo facto de o seu plano da expressão ser, ele próprio, um sistema semiótico.

A partir de HJELMSLEV, portanto, a teoria da linguagem dá-se conta de um plano de significação secundário, de uma dimensão semiótica suplementar. O que, obviamente, aponta para um processo de descompactificação — no sentido atrás referido — da matriz teórica da linguística.

3. Barthes — semiologia e conotação

Ao estudar a dicotomia *denotação/conotação* nos *Éléments de Sémiologie*, R. BARTHES recorre explicitamente ao modo como HJELMSLEV a formula. Para compreendermos até que ponto a sua breve construção teórica sobre aquela dicotomia constitui extrapolação legítima do conceito de HJELMSLEV, importa conhecer o programa teórico de BARTHES.

Ao concluir os *Éléments*, afirma ele que o objectivo da *investigação semiológica* consiste em «reconstituir o funcionamento dos sistemas de significação que não a língua, segundo o próprio projecto de toda a actividade estruturalista, que é o de construir um simulacro dos objectos observados». Assinala BARTHES, entretanto, que esse trabalho pressupõe a aceitação de um princípio redutor («princípio de pertinência»), segundo o qual a análise se deve efectuar de um único ponto de vista. Sendo assim, e por definição de investigação semiológica, a pertinência adoptada aqui deve ser a da significação dos objectos analisados.

Portanto, a interrogação a que a semiologia submete os objectos demarca uma distância (provisória?) em relação às interrogações possíveis da sociologia, da psicologia, cada uma delas relevando de uma outra «pertinência». Não que se devam ignorar as determinações sociológicas, psicológicas, dos objectos, mas porque importa, neste caso, enquadrá-las em termos semiológicos (o que é idêntico a «situar o seu lugar e função no sistema do sentido») ⁸⁰.

A «Introdução» do mesmo trabalho assinala, entretanto, que os significados dos objectos, imagens e comportamentos não existem de uma maneira autónoma, fora da linguagem. Nesta concepção, portanto, não deve a linguística ser apenas uma parte, se bem que privilegiada, da ciência geral dos signos (o que corresponderia ao projecto de SAUSSURE); pelo contrário, a semiologia será a parte da linguística capaz de estudar as grandes unidades significantes do discurso, o que remete para «objectos ou episódios que

⁸⁰ A este propósito diz A. J. GREIMAS, no citado *Du Sens — Essais Sémiotiques*, p. 17: «Pode dizer-se que os progressos da semiótica, nos últimos tempos, consistem essencialmente no alargamento do seu campo de manobra, na exploração mais conseguida das possibilidades estratégicas da apreensão da significação. Não se sabendo mais sobre a natureza do sentido, aprendeu-se a conhecer melhor onde ele se manifesta e como se transforma [...] A possibilidade de uma semiótica *formal* que apenas procurasse dar conta das articulações e manipulações de quaisquer conteúdos precisa-se cada vez mais [...] Só uma tal semiótica das formas poderá aparecer, num futuro previsível, como a linguagem que permite falar do sentido. Pois, justamente, a forma semiótica não é mais do que o sentido do sentido.»

significam sob a linguagem, mas não sem ela». Assim se acha justificado que, num trabalho onde se tenta uma exploração das possibilidades da semiologia, se opte por uma abordagem esclarecedora dos «conceitos analíticos» da linguística, aprioristicamente tidos como «suficientemente gerais para permitirem preparar a investigação semiológica»^{81 82}.

Recorrendo à conceptualização de HJELMSLEV, BARTHES define um sistema conotado como um «sistema cujo plano da expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação». Os significantes da conotação são, pois, signos do sistema denotado, sendo que, obviamente, um só conotador — constituído por um só significado de conotação — pode ser formulado por vários signos denotados. Quer isto dizer que o segundo plano de significação — constituído pelo sistema semiótico conotativo — é heteromorfo em relação ao primeiro, pois, se ele se manifestasse por intermédio das mesmas articulações estruturais, nenhuma significação adicional se poderia destacar dele⁸³. É ainda BARTHES quem afirma serem os significantes de conotação «descontínuos e erráticos» e o significado «geral, global e difuso». Através deste, o «mundo penetra o sistema», a ideologia institui-se em forma do conteúdo da conotação e a retórica em sua forma da expressão.

Há, pois, em BARTHES utilização da terminologia de HJELMSLEV, aproveitamento do seu modelo conceptual. O que, em princípio, se acha adequado ao projecto de análise semiológica que ele propõe na «Introdução» e «Conclusão» dos *Éléments de Sémiologie*. Só que a necessidade de conceptualizar a dicotomia denotação/conotação pode colocar problemas específicos, não superáveis com a simples transposição do conceito paralelo da teoria linguística (HJELMSLEV) para a semiologia barthiana.

É este, aliás, o ponto de partida de Jean MOLINO⁸⁴ ao pretender fundamentar a ilegitimidade da extrapolação assumida. Nota ele que, se, de acordo com BARTHES, os significantes de conotação são descontínuos e erráticos, enquanto o significado é global e difuso, não parece possível proceder à segmentação e posterior identificação de unidades significantes, já que tal procedimento exige a liminar possibilidade de estabelecer uma correspondência entre os planos da expressão e do conteúdo.

Em linguística, a segmentação do sintagma é feita através da operação de *comutação*: se, alterando localizadamente o plano dos

⁸¹ Os «conceitos analíticos» estudados são: língua e fala, significado e significante, sintagma e sistema e, finalmente, denotação e conotação.

⁸² L. PRIETO sublinha haver duas tendências que marcam a evolução dos estudos de semiologia. BARTHES, com os seus *Éléments de Sémiologie*, representaria a tendência segundo a qual o «objecto» da semiologia seria constituído pela significação, enquanto para a outra corrente sê-lo-ia a comunicação. Sobre esta última forma de entender a semiologia cfr. Georges MOUNIN, *op. cit.*

L. PRIETO assinala o interesse em desenvolver uma semiologia da comunicação capaz de constituir um modelo de análise mais apropriado do que o linguístico aos estudos da semiologia polarizados na significação. A este propósito, vide L. PRIETO, «La Sémiologie», in *Le Langage*, citado na nota 69.

⁸³ Ver A. J. GREIMAS, *Du Sens — Essais Sémiotiques*, já citado, p. 99.

⁸⁴ Jean MOLINO, art. cit.

significantes, obtivermos uma modificação correlativa no plano dos significados, o fragmento sobre o qual operámos é uma unidade sintagmática (dotada de sentido); em virtude da *dupla articulação da linguagem humana*, esta operação permite, não só destacar as unidades significativas mínimas — *monemas* —, mas também, quando efectuada sobre estas, identificar os *fonemas* ou unidades mínimas da segunda articulação: a comutação de um fonema impõe que o significado do monema se altere ⁸⁵.

Importa referir, entretanto, que o próprio BARTHES se dá conta das dificuldades a que o modelo linguístico o conduz. E, de certo modo, antecipa mesmo, no n.º III, 2.3, dos *Éléments*, a resposta à observação de MOLINO: a operação de comutação é possível em linguística porque o «analista» tem «uma certa consciência do 'sentido' da língua analisada»; em semiologia, o desconhecimento, pelo menos parcial, do sentido de alguns dos sistemas torna a operação de comutação dependente de informações indirectas sobre o plano dos significados.

Mas a crítica de MOLINO não se limita a assinalar que os *Éléments* contém uma contradição resultante de o sistema semiótico conotativo, tal como BARTHES o apresenta, ser inapropriável a partir da utilização de um modelo linguístico: a crítica ao trabalho prossegue, assinalando MOLINO que a intenção de BARTHES — denúncia das ideologias — não deve ser assumida por uma prática de investigação que se apoie no modelo linguístico — a psicologia social ou a sociologia teriam já construído um objecto teórico susceptível de operar (vir a operar) essa denúncia. «A conotação», diz ele, «é o nome linguístico de uma realidade que não é da ordem da linguagem e exprime o intuito, sem realização possível, de escapar, pela linguística, aos problemas da análise sociológica.» ⁸⁶

III

CONOTAÇÃO: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E «OPERACIONALIZAÇÃO» DO CONCEITO

1. Introdução

Uma teoria da história da prática teórica permite-nos compreender o mecanismo de produção de conhecimentos, definir o trajecto, não forçosamente contínuo, de desenvolvimento desses conhecimentos.

Tornar-se-á, entretanto, necessário proceder à análise das *condições precisas* segundo as quais o produto de uma prática

⁸⁵ Sobre a dupla articulação da linguagem e comutação vide A. MARTINET, *Elementos de Linguística Geral*, trad. do francês, Lisboa, Sá da Costa, 1970, e Georges MOUNIN, *Introdução à Linguística*, trad. do francês, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1970.

⁸⁶ Para uma crítica à semiologia de BARTHES, centrada predominantemente em *Mythologies*, ver Georges MOUNIN, *Introduction à la Sémiologie*, já citado, pp. 189-197.

teórica se torna apto à apropriação cognitiva do real, permitindo-se cumprir o objectivo que a sua especificidade de produto-conhecimento impõe: perspectivar tal questão exige um deslocamento de focagem para o discurso científico, considerado como local em que o efeito de conhecimento — modo específico de apropriação do real — se produz. Deslocamento em que é assumido o carácter linguístico do discurso, mas que não deve diluir-se numa análise estritamente linguística ⁸⁷.

Segundo ALTHUSSER, o «mecanismo de produção do efeito de conhecimento diz respeito ao mecanismo que sustenta o jogo das formas de ordem no discurso científico da demonstração» ⁸⁸. Se o efeito de conhecimento se produz ao nível das formas de ordem que o discurso manifesta, um facto é também ser o corpo conceptual organizado, constitutivo do sistema teórico-referência, que permite atribuir a cada conceito o seu lugar e função, não só na totalidade sistémica em que se insere — a respectiva matriz teórica —, mas também na sequência ordenada constitutiva do discurso. Portanto, o tipo de *relações de contiguidade* que é possível estabelecer entre conceitos no discurso organizado da demonstração científica é determinado pelo carácter sistémico do *paradigma teórico* de referência (a matriz teórica), ele próprio estipulador das restrições que coarctam a *operação de selecção*.

Uma proposta deste tipo implica o abandono de qualquer perspectiva que reduza o discurso a um mero conjunto de signos. Remete-nos, ao contrário, para as operações de selecção e combinação, que, embora formuladas em sede linguística, em certo sentido restituem a concepção adoptada de prática teórica.

A tentativa de caracterização da natureza específica do discurso científico não pode, entretanto, fazer-se independentemente de uma referência à *substância da expressão* que ele privilegia. Como diz ALTHUSSER, «é próprio do discurso científico ser escrito» ⁸⁹. Embora, do ponto de vista da linguística contemporânea ⁹⁰, o som seja a substância primeira do plano da expressão da língua, enquanto a escrita é considerada como uma técnica de transposição da substância fónica primária numa substância (gráfica) secundária, é possível afirmar-se ⁹¹ que o discurso científico é preferencialmente gráfico. A substância fónica é, em relação a ele, secundária, porque a extensão espacial onde se inscreve a marca (gráfica) visível permite a regulação do processo

⁸⁷ Uma análise da língua utiliza igualmente um conjunto de enunciados. Mas tenderá a estabelecer o sistema ou sistemas finitos de regras que permitem um número infinito de enunciados. O discurso, na perspectiva acima proposta, é encarado na sua singularidade, como conjunto limitado pelas sequências linguísticas efectivamente manifestadas. Cfr. Michel FOUCAULT, «Resposta ao círculo de epistemologia», in *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*, já citado, p. 22.

⁸⁸ Louis ALTHUSSER, *Lire le Capital*, I, p. 83.

⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, I, p. 85.

⁹⁰ Cfr. John LYONS, *op. cit.*, pp. 32, 48 e segs.

⁹¹ Vide Gilles-Gaston GRANGER, *Pensée formelle et sciences de l'homme*, Paris, Aubier-Montaigne, 1967, pp. 50 e segs.

de desenvolvimento de conceitos no discurso ordenado da demonstração.

Pensar em discursos estritamente denotativos, particularmente nas ciências sociais, é fazer ficção científica. E Eliseo VERÓN propõe-nos um modelo capaz de integrar uma tal situação, justamente para demonstrar que só assim seria dispensável a intervenção epistemológica com o âmbito que lhe atribuímos⁹². A análise proposta por VERÓN, que impõe, como é óbvio e já sugerimos, condições fictícias ao modelo de comunicação linguística atrás explicitado, serve ainda para designar a meta tendencial do processo de construção de cientificidade dos produtos da ciência, encarrados como discursos.

Com efeito, qualquer formação científica procura, a esse nível, reduzir, dominando-os, os vários sistemas conotativos que aí tendem a articular-se com o estritamente denotativo. Demos já notícia de alguns sintomas dessa preocupação, tendendo a cumprir, através de um reconhecimento explicitado da conotação, o objectivo de dissolver o «efeito ideológico» do discurso. Uma série de procedimentos que se propõem, portanto, um *contrôle* do nível de significação conotativo, sobre-determinante do plano do conteúdo dos discursos e, por isso mesmo, veiculador do que designámos por ideologias.

Inevitavelmente, tanto a intervenção epistemológica como a metodológica incidirão, em termos de discursos — se quisermos, das operações que os constituem —, de forma a localizarem-reconstituírem os sistemas semióticos conotativos. Não impõe tal perspectiva pensar a dupla denotação/conotação de modo a decompô-la em elementos irreduzíveis, já que, se, por um lado, estes se articulam necessariamente, por outro, a conotação pode constituir elemento positivo no processo de trabalho teórico⁹³. De facto, a sua constante presença, sob formas várias, no campo semântico implicado em qualquer discurso assegura genéricamente a criatividade da língua natural, conferindo ainda à actividade científica a possibilidade de designar-reconhecer objectos novos⁹⁴, apontar problemas previamente invisíveis, explorar eventualmente certos vazios ainda não recobertos na matriz teórica de uma disciplina.

A conotação desempenhará, por conseguinte, e a nível de discurso, função assimilável à das ideologias, que Daniel VIDAL sugere sejam entendidas como a leitura crítica de um texto (o

⁹² Eliseo VERÓN, *op. cit.*, pp. 174 e segs.

⁹³ Para uma crítica radical do binómio denotação/conotação cfr. Jean BAUDRILLARD, *Pour une critique de l'économie politique du signe*, Gallimard, 1972, pp. 191 e segs. Para BAUDRILLARD, a denotação apoia-se no «mito da objectividade [...] e da adequação directa dum significante a uma realidade precisa». O processo de denotação não diferiria do da conotação: a ideologia em ambos estaria presente. «A denotação não passa nunca da mais bela e mais subtil das conotações.» Se distinção houvesse, ela consistiria em mostrar que a denotação, ao «naturalizar» o próprio processo ideológico, seria «o mais ideológico dos termos, ideológico em 2.º grau».

⁹⁴ A este propósito consulte-se o depoimento do linguista Roman JAKOBSON, «La Linguistique», in *Tendances Actuelles de la Recherche en Sciences Sociales et Humaines*, já citado, p. 508.

texto social) destinada a extravasá-lo, a assumir um papel de invenção, criação, acção⁹⁵. Estatuto ambíguo, pois. Como que somos tentados a transpor, tirando partido de um símile que se nos antevê justo, a proposta axiomática de BACHELARD referida às intuições — tal como estas, também as conotações «são muito úteis: servem para ser destruídas»⁹⁶.

2. Conotação — tentativa de enquadramento teórico

Na parte II deste artigo formulávamos já algumas perguntas, apontando a necessidade de um trabalho de perspectivação do quadro teórico de tratamento da conotação: Existirá este conceito na matriz teórica da linguística? Pelo contrário, limitar-se-á a conotação a designar um problema que só a sociologia ou a psicologia terão capacidade de referenciar, através de conceitos que elas próprias tenham construído? Constituirá antes a conotação um problema que, embora sendo da ordem da linguagem, exige que se construa um conceito referenciado a zonas de várias problemáticas, numa perspectiva interdisciplinar?

Não há dúvida de que, como referimos, a linguística, com HJELMSLEV, elaborou um conceito de conotação. A indicação exemplificativa de alguns sistemas conotativos — estilos, tons, idiomas, etc. — porventura coexistentes num mesmo texto é sintoma da potência do conceito em termos da problemática linguística. A partir do abandono do pressuposto da homogeneidade do texto, a matriz teórica da linguística descompactifica-se e HJELMSLEV, nos *Prolegomena*, desenvolve um evidente esforço de recobrimento de vazios conceptuais designados pela abertura de novas zonas da problemática.

Vimos também como BARTHES procura extrapolar o conceito hjelmsleviano de conotação e como MOLINO põe em causa essa tentativa, com base no facto de os problemas que BARTHES pretende resolver implicarem conceitos necessariamente referenciados a problemáticas diversas da da linguística, nomeadamente sociologia ou psicologia social. Só que, também o dissemos, o objectivo de BARTHES é a integração do conceito na matriz teórica da semiologia, entendida como ciência da significação, capaz de demarcar, em relação à sua própria «pertinência», a zona de manobra da sociologia, da psicologia. A ser assim, estaríamos perante um exemplo de como a compactificação de uma matriz teórica — neste caso a semiologia — solicita o acoplamento de novas linhas a matrizes diversas.

Em relação à sociologia, supomos ter já mostrado como ela pode incluir, na sua zona de visibilidade, o problema da significação conotativa das mensagens linguísticas. Não que, como adverte

⁹⁵ Daniel VIDAL, *Essai sur l'idéologie*, Paris, Anthropos, 1971, pp. 314 e segs.

⁹⁶ Gaston BACHELARD, *Filosofia do Novo Espírito Científico*, já citado, p. 196.

VERÓN⁹⁷ e nós próprios insistentemente temos sugerido, a ideologia seja um tipo particular de mensagens, mas porque ela aponta um nível de significação presente em quaisquer discursos, incluindo, como vimos, os próprios discursos das ciências⁹⁸. O trabalho da sociologia deverá pois orientar-se — no que ao problema da significação diz respeito — numa perspectiva que lhe permita uma forma ampla de correlação das estruturas semiológicas dos discursos com a instância do ideológico e, forçosamente, com o todo articulado de instâncias que constituem os locais lógicos de caracterização de uma formação social determinada.

Assim sendo, deverá o conceito de conotação integrar-se na matriz teórica da sociologia, mesmo que, para tal, seja necessário contemplar as suas zonas de recobrimento com a semiologia, com a linguística. Tarefa urgente, já que a sociologia (do conhecimento) é um instrumento privilegiado da prática de intervenção epistemológica, ela própria propiciadora da localização-reconstituição dos sistemas semióticos conotativos, instauradores do conteúdo ideológico dos discursos das ciências.

Quando BARTHES afirma que a ideologia é a forma do conteúdo da conotação, aponta, pois, qual o tipo de interrogações a que a sociologia deve submeter os objectos significantes (no caso que nos ocupa, as mensagens linguísticas). Mas, ao indicar o tipo de trabalho constitutivo da investigação semiológica, BARTHES admittia também que a psicologia pudesse interrogar os objectos significantes, a partir do seu próprio código de leitura. De facto, conotação designa também o conjunto de valores afectivos que um qualquer termo pode evocar, sugerir, de um modo mais ou menos vago a cada um dos utilizadores individuais da linguagem. Conotação corresponderá portanto, nessa perspectiva, àquilo que, no campo da significação virtual de um termo, não é compartilhado pela comunidade dos locutores. Os psicólogos propõem a utilização de certas técnicas — como, por exemplo, o inquérito — com o objectivo de determinar as conotações evocadas por um termo, partindo do pressuposto — aliás discutível — de que uma associação verbal de certo tipo reproduz a atitude afectiva do locutor e permite, conseqüentemente, a determinação, por grupos de sujeitos, do perfil de significação conotativa de um termo⁹⁹.

Vemos, assim, como, a partir da importação pela semiologia

⁹⁷ Eliseo VERÓN, «Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política», in *Language and Communication social*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1969, p. 141.

⁹⁸ Cremos que a eventual dominação, numa qualquer mensagem linguística, da função referencial (ou denotativa) é perfeitamente compatível com a omnipresença da conotação. Não nos parece, efectivamente, que a transmissão do conteúdo imperativo da ideologia exija uma articulação de funções da linguagem tal que a função apelativa ocupe sempre o lugar e o papel dominantes; *a fortiori*, no caso dos discursos das ciências sociais.

⁹⁹ Sobre a concepção de conotação proposta pela psicologia, aqui apenas a florada, vide Jean MOLINO, artigo citado. Sublinhe-se que um linguista como Georges MOUNIN adopta um conceito assimilável a este quando afirma ser a conotação «tudo o que no emprego de uma palavra não pertence à experiência de todos os utentes dessa palavra»; cfr. *Introdução à Linguística*, p. 165.

do conceito de conotação elaborado em sede linguística, nos parece possível assinalar algumas vias de descompactificação/compactificação das matrizes teóricas da sociologia, da psicologia.



Decorre da parte II deste artigo que encaramos a conotação como um nível semântico em sentido amplo propiciado pela articulação, numa qualquer mensagem linguística, de vários sistemas semióticos a que chamamos conotativos. Essa, aliás, é a via que HJELMSLEV propõe e que BARTHES retoma ao apontar-nos a importância da conotação para a análise semiológica dos discursos.

Poderia então aguardar-se que agora, ao procurarmos apoiar o conceito em termos da sua «operacionalidade», viéssemos tentar a reconstituição, a partir daquilo que designámos por conotadores, de alguns sistemas semióticos veiculando a ideologia — os sistemas de ideologias — nos discursos das ciências. E é bem certo que tal deveria ser a meta adequada a um trabalho que pretendesse inspirar, com razoável grau de exaustão, uma análise empírica da conotação nos discursos das ciências sociais. Só que nem uma proposta de análise empírica tentando recobrir a expectativa que acima indicámos seria comportável com a dimensão do artigo, nem tão-pouco alguma vez foi esse o nosso objectivo, empenhados que estamos — isso sim — num esboço liminar de referenciação teórica do problema.

Futuramente tentaremos, se for caso disso, assumir a possível força centrífuga que neste trabalho se contenha, por nos parecer que vale a pena o percurso. No número seguinte desta parte III limitar-nos-emos a assinalar alguns pontos que confirmam pelo menos presunção de «operacionalidade» ao conceito. Para isso teremos de optar por uma ilustração *pontual* da conotação, procurando, a nível de signo, não mais que sintomas de sistemas semiológicos conotativos. De um modo breve, poderemos então afirmar que, sendo insuficiente um tipo de análise que atomize o nível de significação conotativo dos discursos, ele é, no entanto, o momento necessário de um trajecto que, na sequência de um enquadramento teórico da questão, pretenda apontar as vias possíveis de uma análise empírica.

3. Vias de «operacionalização» do conceito

3.1 *Primeiro nível de intervenção — metodologia*

Na «General Introduction» a *The Language of Social Research*, Paul LAZARSELD e Morris ROSENBERG apontam a necessidade de uma «clarificação» e «purificação» dos discursos científicos com vista a neles ser assumida uma distância efectiva em relação à linguagem vulgar. E isso porque esta introduz sistematicamente — e com particular incidência no caso das ciências sociais — uma zona de ambiguidade semântica, correspondente a

um nível de significação secundário que LAZARSELD e ROSENBERG referenciam precisamente em termos de conotação ou, melhor, de «conotações»: «Quando transferimos termos [...] da linguagem comum, com vista a uma sua utilização científica [...], temos de prescindir de certas *conotações* de que estes termos se revestem para tornar o resíduo mais preciso e mais apto à verificação e prova.»¹⁰⁰ No mesmo sentido se orientam, aliás, outros textos programáticos de LAZARSELD, nomeadamente «Problems in Methodology»¹⁰¹, onde ele tenta delimitar as grandes zonas de intervenção metodológica: um dos temas aí considerados como centrais em relação ao trabalho do metodólogo é justamente o da «clarificação dos termos», com vista a um *contrôle* da sua ambiguidade semântica.

A conotação (as «conotações») e a necessidade da sua superação são, pois, problemas de que LAZARSELD se dá conta; e não admira, portanto, que num outro texto¹⁰² ele nos indique uma bem balizada via metodológica que contribui para localizar-controlar-reduzir a conotação, embora nesse trabalho se pretenda, como objectivo explícito, traduzir «conceitos»¹⁰³ em índices empíricos, tornados instrumentos de medida.

Vejamos quais as etapas decisivas do processo que LAZARSELD propõe para formular-formalizar conceitos.

A primeira refere-se ao confronto do investigador com uma *representação mental*, noção (vaga), *imagem sincrética*¹⁰⁴, inseparável ainda do nome que a exprime no discurso ideológico vulgar. Essa simples noção, apesar de conferir significado às «relações observadas», limita-se ainda a designar um objecto, sem de forma nenhuma poder auto-reivindicar o estatuto de conceito.

No estágio subsequente do processo de construção de índices empíricos, a imagem originária é decomposta em «*aspectos*», «*componentes*», «*dimensões*», pois se refere, normalmente, a «um conjunto complexo de fenómenos», e não a «um fenómeno simples e directamente observável». Não nos indica LAZARSELD, no texto que vimos analisando, o modo pormenorizado como se deve proceder a esta operação. Se, entretanto, recorrermos ao pequeno texto citado na nota 104, aí poderemos recolher a informação de que as «dimensões» podem: a) derivar-se «lógicamente» da representação mental que as engloba; b) deduzir-se de um «aspecto» já refe-

¹⁰⁰ Paul LAZARSELD e Morris ROSENBERG, «General Introduction», in *The Language of Social Research*, Nova Iorque, The Free Press, 1955, p. 2.

¹⁰¹ Existe tradução francesa: «Problèmes de Méthodologie», in *Philosophie des Sciences Sociales*, Gallimard, 1970, pp. 257-301.

¹⁰² Paul LAZARSELD, «Evidence and inference in social research», in *Daedalus*, 87. Existe tradução francesa de um excerto desse artigo, com o título «Des concepts aux indices empiriques», incluído em R. BOUDON e P. LAZARSELD, *op. cit.*, pp. 27-36.

¹⁰³ Não nos parece que a palavra «conceito» tenha sempre, no texto a que nos referimos, utilização adequada. Permitimo-nos, pois, proceder a uma conversão de terminologia, ao tentar restituir o teor do texto referenciado na nota 102.

¹⁰⁴ A pequena introdução à secção I de *The Language of Social Research* abre com uma frase que importa reter: «No science deals with its objects of study in their full concreteness.»

renciado; ou ainda c) destacar-se a partir de correlações empiricamente observadas entre elas.

Esta fase do processo desemboca, pois, numa enumeração de dimensões que, pelo facto de ter sido submetida a um primeiro esforço de *contrôle*, poderá, dum certo ponto de vista, reivindicar o estatuto de conceito¹⁰⁵, embora não ainda necessariamente o de instrumento apto a uma investigação empírica.

A etapa seguinte consiste na tradução das «dimensões» em *indicadores* observáveis¹⁰⁶, para que o conceito referenciado se transforme num sentido que o aproxime dos objectivos da análise empírica. Pelo facto de cada indicador estar relacionado com o conceito em termos meramente probabilísticos, torna-se necessário, entretanto, multiplicar o número dos indicadores utilizáveis.

Se o modo de os inventariar depende da especificação de dimensões já operada e do referencial teórico a que explícita ou implicitamente se recorra, será ainda possível seleccioná-los de acordo com os resultados fornecidos por estudos de validação que se destinam a testar *ab initio* o grau de adequação dos indicadores às dimensões anteriormente retidas¹⁰⁷. Todo o processo converge numa tentativa de construir um *índice* que condense as informações obtidas a partir dos indicadores parcelares já seleccionados. Torna-se necessária, para isso, uma análise das relações entre indicadores, com vista à definição da sua relativa potência em termos do tipo específico de medida a efectuar¹⁰⁸.

Tentemos reconstruir o esquema de LAZARSELD, em moldes que nos permitam integrá-lo no conceito geral da prática teórica, tal como foi explicitado na «Introdução» deste artigo. Desde logo nos parece possível assimilar o expediente analítico descrito àquilo que designámos por ciclo teórico (de produção teórica). E isto porque também aqui se nos depara uma proposta de trabalho a exercer sobre uma matéria-prima determinada, com recurso a certos meios de trabalho, em última análise visando obter produtos-conhecimentos.

Identifiquemos agora os *elementos* que, embora fazendo parte do «modelo» de LAZARSELD, nos aproximem daqueles que definem a *forma* da prática teórica.

A representação sincrética, a simples imagem com a qual o investigador se confronta na primeira fase do processo e constitui um ponto de partida, rigorosamente se pode incluir naquilo que designámos por *matéria-prima* de um ciclo teórico, visto termos

¹⁰⁵ Não podemos ignorar a adicional exigência de que ao conceito esteja assegurada a capacidade de se integrar sistemicamente numa matriz teórica.

¹⁰⁶ Seria incorrecto afirmar que os indicadores *exprimem* conceitos. Pelo contrário, são estes que *dão conta* dos fenómenos empíricos a estudar. Cfr. Manuel CASTELLS, «Les nouvelles frontières de la méthodologie sociologique», já citado.

¹⁰⁷ A selecção de indicadores não será, entretanto, indiferente à expectativa criada sobre a disponibilidade e limitações das próprias técnicas de análise.

¹⁰⁸ Sobre as dificuldades relativas ao processo de validação de indicadores e construção de índices empíricos ver Manuel CASTELLS, art. citado.

pretendido que o seu âmbito abrangesse um conjunto de informações sobre o real.

O tratamento que à matéria-prima se concede no sentido de a transformar em instrumento apto a uma análise empírica exige, como será fácil constatar, o concurso de alguns *meios de trabalho*, que, aliás, são determinantes quanto ao tipo de produto obtido.

Como vimos, logo no momento em que se procede à «análise dimensional» serão accionadas não só uma *teoria* (apenas implícita ou efectivamente referenciada) que permita derivar «lógicamente» as «dimensões» ou deduzi-las de um aspecto já retido, mas também *técnicas* que previamente controlem o grau de rigor das correlações empiricamente observadas. A partir do que sobre selecção de indicadores se disse, poderá também concluir-se da sua dependência em relação ao «marco teórico com que se está trabalhando e a uma série de decisões referentes às possibilidades técnicas de mediação»¹⁰⁹. O trabalho de combinação dos indicadores em índices, pelo facto de exigir uma análise das respectivas relações, não será também indiferente à localização teórica do objecto a construir e a um *contrôle* técnico adequado. Implicadas estão, pois, em todas as operações, não só técnicas, como teorias, e tanto umas como outras já foram identificadas como meios de trabalho da produção teórica.

Não restarão dúvidas, finalmente, de que os índices obtidos na fase final do processo permitem cumprir em certas condições um objectivo consonante com o que atribuímos ao elemento *produto* da forma geral da prática teórica. Está à vista, entretanto, que o produto obtido da forma descrita poderá assumir a função de meio de trabalho em ulterior ciclo teórico.

Dissemos já que a via metodológica descrita por LAZARFELD se poderia tornar capaz de localizar, controlando-a, a conotação. Ao descrevermos as várias fases em que o processo se decompõe, apontámos a forma dessa conversão. Para que se torne dispensável pormenorizá-la, utilizaremos um estudo de Werner S. LANDECKER sobre integração social e sua medida¹¹⁰, com o adicional objectivo de exemplificar o procedimento metodológico da construção de índices. O esquema da página seguinte pretende restituir os momentos fundamentais desse trabalho. Em 1) referencia-se a noção vaga assumida no discurso ideológico vulgar pela palavra «integração». A análise dimensional — 2) — dessa «imagem originária» permite-nos reter quatro dimensões: integração cultural, integração normativa, integração comunicativa, integração funcional. Cada uma dessas dimensões pode traduzir-se em indicadores observáveis, tais como os que se referem no sector 3) do quadro. O momento final do processo consiste na construção de um índice de integração social: corresponde-lhe, evidentemente, o sector 4).

¹⁰⁹ Francis KORN, «El significado del término 'variable' en sociología», in *Conceptos y variables en la investigación social*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1969, p. 11.

¹¹⁰ Werner S. LANDECKER, «Les types d'intégration et leur mesure», in 680 R. BOUDON e P. LAZARFELD, *Le Vocabulaire des sciences sociales*, já citado.

Quanto às letras A, B, C e D constantes do esquema, justificam-se as seguintes indicações:

A — Integração comunicativa e funcional são as duas modalidades daquilo que LANDECKER designa por integração entre pessoas.

B — LANDECKER começa por recorrer à hipótese de R. LINTON, segundo a qual a integração cultural se define como distribuição óptima de três tipos de traços culturais: «universais», «especialidades», «alternativas». O referencial teórico que enforma esta definição é o seguinte: «enquanto os universais e as especialidades formam no interior de uma cultura uma unidade relativamente concordante e bem integrada, as alternativas devem ser necessariamente desprovidas de tais caracteres.»¹¹¹ A ser assim, a integração cultural medir-se-ia determinando a relação das alternativas com os universais e as especialidades: quanto menor a proporção de alternativas, mais elevado o grau de integração cultural. LANDECKER põe em causa a adequação deste referencial teórico: entende, desde logo, que, se as alternativas correspondem aos elementos culturais que autorizam um comportamento de escolha, é duvidoso que afetem sensivelmente a coerência interna de uma cultura (daí que ele proponha restringir o conceito de integração às normas que requeiram adesão); ao definir os critérios de não concordância entre normas, acaba por propor que só as «especialidades» com referência à sociedade sejam tidas em conta para medir a integração cultural.

C — LANDECKER não refere expressamente que a decomposição em quatro subtipos de integração social corresponda a uma análise dimensional; isso mesmo resulta, no entanto, da orientação assumida no estudo em causa. Queremos também sublinhar que ele utiliza a palavra *índice* quando se está a referir ao que nós designámos por indicadores.

D — Embora não chegue a formular expressamente o modo de construção de um índice compósito, LANDECKER assinala a exequibilidade e a importância desse trabalho (p. 38).

Independentemente de críticas de um ponto de vista epistemológico que na alínea seguinte se esboçarão, é possível detectar certas carências no esquema proposto por LAZARSELD apenas em sede metodológica. Assim, e a título indicativo, não se deixará de notar a linearidade simplista da tradução dos conceitos em índices que desse esquema decorre. É que essa tradução terá de envolver um conjunto complexo de mediações que o esquema elide. Vale a pena referir, por exemplo, a proposta formulada por Hubert M. BLALOCK para tentar superar o hiato entre a «linguagem da teoria e a da investigação». Tratar-se-ia de recorrer a «teorias auxiliares» que envolvem, por um lado, proposições próprias em função da investigação concreta e que eliminam, por outro lado, alguns dos elementos

¹¹¹ R. LINTON, *The Study of Man*, Nova Iorque, D. Appleton-Century Co., 1936, p. 282, citado no estudo que vimos analisando.

1) *Imagem originária*

«Integração» — multiplicidade de «significados»

2) *Análise dimensional*

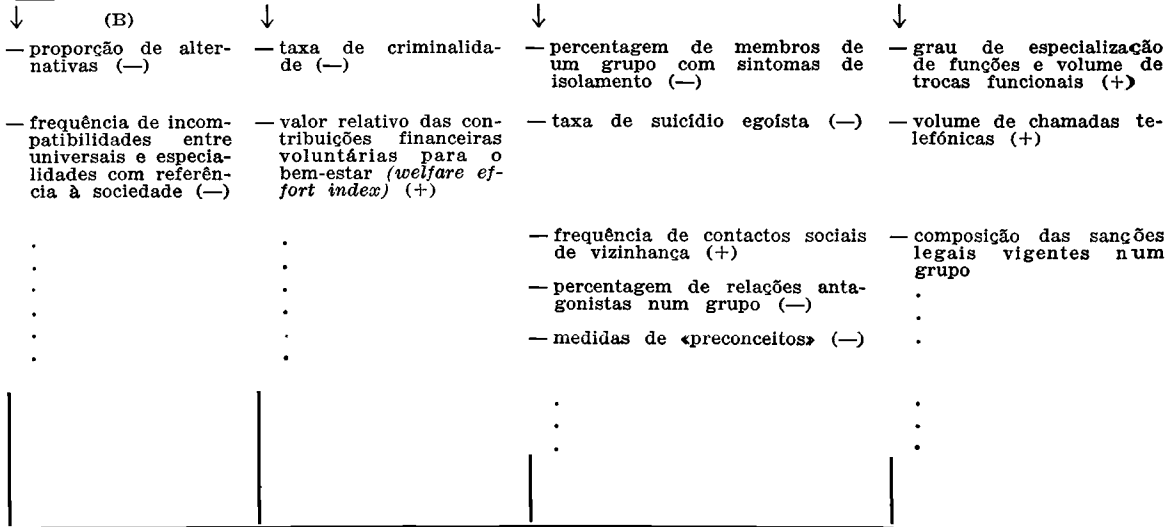
Integração cultural:
Concordância entre as normas de uma mesma cultura.

Integração normativa:
Conformidade entre comportamentos e normas.

Integração comunicativa (A):
Intercâmbio de «significações» (signos).

Integração funcional (A):
Intercâmbio de serviços por virtude de uma divisão de trabalho.

3) *Seleccção de indicadores (C)*



4) *Construção de índices (D)*

índice

referenciados à teoria principal. Seriam essas teorias auxiliares que permitiriam a passagem da teoria principal à investigação empírica, com a específica finalidade de conhecimento concreto-validação-invalidação ¹¹².

3.2 Segundo nível de intervenção — epistemologia

O *contrôle* metodológico exerce-se fundamentalmente sobre a selecção das operações de análise e seu processamento efectivo, sobre a organização-ligação dos resultados parciais obtidos. Ele permite a actualização, o desenvolvimento empírico das questões postas pela teoria; permite, por assim dizer, a reconstrução dos objectos prévia e provisoriamente pensados pela teoria, através da recolha e tratamento dos elementos indispensáveis. São novamente as teorias que acolhem esses elementos, que os ajustam, que lhes conferem significado, num trabalho de confronto entre as questões-formulações anteriores e as respostas-formulações (validações) do termo de cada ciclo de produção teórica.

Já se vê que a metodologia, enquanto prática crítica de investigação, só pode existir articulada com uma teoria de referência, que comanda o desenrolar dos processos de produção de conhecimentos. E essa articulação define-se portanto numa hierarquia, atribuindo prioridade ao momento teórico.

Afirmá-lo é negar o empirismo, elemento fundamental do que designámos filosofia espontânea dos cientistas, com o seu postulado da identidade verdade = dados. Para a ideologia do *dado* não há com efeito transformação analítica entre os dados e a respectiva interpretação ¹¹³, mas uma mera abstracção-extracção da essência real ¹¹⁴. Se os dados são ideológica ou teóricamente neutros e absolutos, os quadros teóricos serão de certo modo exteriores e indiferentes à prática de investigação, que não comporta pressupostos. Consequências desta perspectiva? A principal parece-nos resultar da ocultação particularmente tenaz dos efeitos ao nível do produto introduzidos pelas teorias implícitas empenhadas na investigação.

Que elementos, que tipos de *contrôle* serão capazes de revelar os sistemas conotativos dos discursos? Sem dúvida que a crítica metodológica pode já dar uma contribuição nesse sentido, como procurámos mostrar na alínea anterior. Mas, se é correcto devolver à teoria o papel efectivo de comando, de dominação, então por aí mesmo ficam demarcados os limites de validade e alcance da intervenção metodológica. Ela criticará *de dentro* de um campo teórico definido; mas estará normalmente impossibilitada de funda-

¹¹³ Cfr. Hubert BLALOCK, «The measurement problem: a gap between the languages of theory and research», in H. BLALOCK e A. BLALOCK (eds.), *Methodology in Social Research*, pp. 6, 7 e 23-27; sobre o problema da medida em ciências sociais cfr. ainda *Introduction to Social Research*, cap. 5, igualmente de H. BLALOCK.

¹¹⁴ Cfr. Manuel CASTELLS, «Les nouvelles frontières de la méthodologie sociologique», já citado, nota 1 bis.

¹¹⁵ Cfr. Louis ALTHUSSER, *Lire le Capital*, I, já citado, pp. 43 e segs. 683

mentar opções entre teorias eventualmente contraditórias, opções que condicionam, como é óbvio, o tipo de produtos obtidos. Ora um dos aspectos salientes do subdesenvolvimento das ciências sociais, caracterizado pela dominância ideológica nesse campo, reside justamente na aguda conflitualidade teórica no interior de cada uma das disciplinas ¹¹⁵.

Parece que só a epistemologia, acompanhando toda a prática científica disciplinar, poderá *informar* as decisões teóricas básicas, esclarecendo as respectivas razões, criticando as validações externas ¹¹⁶. A sua intervenção permanente nas conjunturas teóricas permitir-lhe-á também demonstrar as articulações, porventura apenas implícitas, das práticas científicas com as teorias de referência. E isto porque, como referimos já, a crítica epistemológica recolhe os seus elementos informativos não só no interior da matriz disciplinar de incidência, mas ainda no seu exterior (campo interdisciplinar, sociologia das ideologias, etc.). Repare-se contudo que é irrecusável a possibilidade de num processo de investigação empírica, comandado por uma dada teoria, se obterem resultados capazes de invalidar, ao menos parcialmente, essa mesma teoria. Negá-lo seria rejeitar por inútil todo o problema da medida e, ao limite, todo o trabalho científico que ultrapasse os moldes puramente abstractos para procurar conhecer as situações concretas da realidade social. Ora por aqui se vê que as opções de que falávamos entre teorias conflituais se não põem exclusivamente ao nível especificamente epistemológico, mas podem ser impostas pela própria inércia do processo.

Para retomar o percurso metodológico proposto por LAZARUS-FELD, poderá notar-se com BENGUIGUI ¹¹⁷ que o autor, ao falar das imagens sincréticas de partida, se não interroga contudo sobre o problema das prenoções, para se interessar exclusivamente pela passagem dos conceitos aos índices. Apetece perguntar se não se localiza justamente aí um curioso limite imposto à análise *sobre a metodologia pela respectiva teoria de referência*.

Mostrámos com clareza, cremos nós, que tanto o momento da análise dimensional, como o da tradução das dimensões em indicadores, como ainda o da combinação dos indicadores em índices, implicam, em cada processo de investigação, certos referenciais teóricos. Implicam portanto opções. A propósito da selecção de indicadores ilustrámos mesmo a opção de LANDECKER, recusando parcialmente a hipótese de LINTON sobre a integração cultural. Os termos da alternativa teórica em causa, inseridos de resto no mesmo campo problemático básico, situam-se numa «zona de indeterminação» que JAMOUS considera ser o lugar de intervenção daquilo a que chama «método nível 2» ou «epistemologia nível 1» ¹¹⁸.

¹¹⁵ Cfr. A. SEDAS NUNES, *op. cit.*, pp. 35 e segs.

¹¹⁶ Distinguir analiticamente os momentos de intervenção técnica, metodológica, teórica, epistemológica, não implica, é claro, encarná-los em agentes diversos no processo de investigação.

¹¹⁷ G. BENGUIGUI, «Le Langage de Paul Lazarsfeld», in *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1972, p. 109.

¹¹⁸ Cfr. Haroun JAMOUS, «Technique, méthode, épistémologie», in *Épistémologie Sociologique*, n.º 6, Paris, 2.º semestre, 1968, pp. 21-24.

Aqui se revela uma dificuldade: a da demarcação rigorosa epistemologia-metodologia, tanto mais que, como sabemos, a primeira recobre toda a actividade de configuração metodológica. Mas, e ainda a respeito do exemplo descrito, poderá perguntar-se se as dimensões de integração retidas (normativa, cultural, comunicativa, funcional) e os respectivos indicadores não serão identificáveis como conotadores capazes de restituir a problemática implícita. É legítimo afirmar genêricamente que a eliminação eventual dos conotadores presentes nas representações originárias se pode traduzir apenas numa substituição: em seu lugar, numa fase mais avançada do processo, aparecerão provavelmente conotadores de outro tipo, integrados nos níveis de significação das «teorias» de referência, elas próprias eventualmente de dominante ideológica.

Uma última e breve ilustração. Certos discursos da economia política, reproduzidos igualmente fora da comunidade dos «especialistas», colocam a dicotomia plano/mercado no núcleo da resposta, entre outros, ao problema das «sociedades de transição». «Plano» e «mercado» aí se articulam com outras noções, tais como «preços», «moeda», «troca», etc. Embora a «demonstração» proposta por esses discursos reivindique a produção de um efeito de conhecimento, é possível denunciar o respectivo encobrimento ideológico através da análise do nível de significação conotativo neles implicado. Charles BETTELHEIM propõe-se justamente esse objectivo de denúncia, se bem que seguindo uma via de onde, pelo menos explicitamente, está ausente o conceito de conotação ¹¹⁹.

Ao pretendermos reconstituir a problemática compatível com o uso regulado de tais noções, somos confrontados com uma certa forma de perspectivar-interrogar o social. Está em causa, com efeito, e como lembra BETTELHEIM, uma concepção segundo a qual a sociedade é *reconhecida* como conjunto de «actores» (os compradores, os planificadores, os directores de empresa), «sujeitos» dotados de autonomia e de certas motivações psicológicas ¹²⁰.

«Plano», «mercado», «preços», «troca», etc., são respostas prefiguradas num código de leitura do texto social enformado directamente pela ideologia humanista (nominalista) que identificámos como variante privilegiada da «sociologia espontânea dos sociólogos»; são a contrapartida, dissimulada sob a linguagem «científica» da economia política, de uma série de noções através das quais os agentes sociais pensam-representam-vivem a relação com as suas condições reais de existência, instituindo-se em «actores-encenadores» da sua prática e omitindo todas as determinações que não sejam as suas próprias determinações enquanto «sujeitos».

A utilização da dicotomia central plano/mercado na resposta ao problema das formações sociais de transição para o socialismo conota adicionalmente a existência de uma problemática ideológica economicista, cuja determinação política é muito clara. É indispensável portanto mudar o espaço das questões, por forma a ser

¹¹⁹ Vd. Charles BETTELHEIM e Paul SWEEZY, *Sociedades de Transição: Luta de Classes e Ideologia Proletária*, Porto, Portucalense Editora, 1971.

¹²⁰ Id., *ibid.*, p. 47.

possível pensar os «actores» como portadores de relações sociais, como agentes desempenhando funções determinadas por essas relações, e a sociedade como uma totalidade articulada de instâncias. Afirma BETTELHEIM: «A ‘presença’ destes ‘actores’, o quadro em que eles intervêm (o gabinete do plano, a direcção da empresa, etc.), a *forma das relações* que parecem ‘desenvolver-se entre elas’ ocultam assim o *essencial*, as *relações sociais fundamentais de que eles são portadores e que se reproduzem ‘noutro lugar’*. Este ‘outro lugar’ designa: a instância económica (os lugares da produção), a instância política (os órgãos do poder), a instância ideológica (essencialmente os aparelhos ideológicos: escolas, universidades, imprensa, rádio, etc.)»^{121 122} É certo que a dimensão conotativa implicada na forma dos discursos referidos (articulação específica de signos como «plano», «mercado», «preços», etc.) não esgota a sintomatologia de uma problemática humanista; mas sem dúvida tais signos são conotadores de um sistema semiótico amplamente correlacionável com tal problemática.

Importa por último salientar que a mudança de referencial teórico, nos termos em que BETTELHEIM a entende, não eliminará por si só o nível de significação conotativa (conteúdo ideológico) dos discursos que ela possa regular. Essa mudança tem no entanto o carácter de momento indispensável à construção de um espaço de cientificidade para os discursos sobre a «transição».

CONCLUSÃO

Poderemos, no termo deste trabalho, interrogar-nos sobre se existirá um procedimento privilegiadamente utilizável na restituição da significação conotativa nos discursos das ciências sociais.

Embora, como afirmam W. ACKERMANN e R. ZYGOURIS, a *análise de conteúdo* não permita destacar a «totalidade de significações possíveis da mensagem»¹²³, poderemos grosseiramente considerá-la como uma técnica que permite, desde que enformada por um código-grelha adequado a um certo tipo de leitura, restituir o «sentido» de um texto¹²⁴. A autonomização relativa desta técnica

¹²¹ Vd. Charles BETTELHEIM e Paul SWEEZY, *op. cit.*, p. 47.

¹²² Noutro lugar, o mesmo autor mostra que «a evolução para o capitalismo de uma formação em transição não pode ser explicada pelo ‘desenvolvimento do mercado’. Este desenvolvimento é apenas um *efeito* da evolução para o capitalismo, ela própria determinada por uma inversão (‘renversement’) nas relações de forças sociais. Contudo, tal inversão não se traduz necessariamente num ‘desenvolvimento do mercado’, podendo determinar, ao contrário, e pelo menos transitóriamente, o ‘reforço’ do capitalismo de Estado [...]».

Por outro lado, indica-se também, a forma do plano é compatível com a dominação das relações mercantis.

Vd. Charles BETTELHEIM, *Calcul économique et formes de propriété*, Paris, François Maspero, 1970, pp. 80, 90 e segs.

¹²³ Werner ACKERMANN e Radmila ZYGOURIS, «Code d’analyse et domaine de référence», in *Bulletin du C. E. R. P.*, 1967.

¹²⁴ Michel PÊCHEUX, «Analyse de Contenu et théorie du discours», in 686 *Bulletin du C. E. R. P.*, 1967.

dever-se-á fundamentalmente ao facto de a linguística, por virtude de um esforço que lhe foi necessário para construir a sua própria matriz teórica e se definir como ciência, ter deixado descoberto o terreno do texto, valha embora o ponto de inflexão que HJELMSLEV lhe impôs e de que retirámos certas consequências, através de um trabalho de transposição disciplinar controlada.

Insistindo no facto de que também a técnica de análise de conteúdo terá de ser «reinventada» — não podendo portanto dispensar o duplo *contrôle* epistemológico-metodológico —, por exigência e à medida de cada investigação concreta, é no entanto possível fixar-lhe as zonas de actuação a percorrer necessariamente, nos limites do estatuto teórico que para o discurso-objecto se proponha.

Da leitura deste artigo decorrerá por certo que entendemos o discurso como uma articulação de sistemas semiológicos: ele terá de ser pensado como fenómeno linguístico não definível sem referência à instância do ideológico e, conseqüentemente, ao todo estruturado de uma formação social.

Ao encararmos a conotação como conceito referenciável a várias matrizes teóricas, incluindo a da sociologia, dávamo-nos conta da necessidade de prolongar uma eventual análise das propriedades formais dos discursos e, portanto, dos sistemas semiológicos que neles se articulam, por uma correlação desses sistemas com os lugares sociais compatíveis com a sua produção. Ora, porque atribuí ao discurso um estatuto teórico assimilável ao que nós propusemos é que M. PÊCHEUX sublinha dever uma sua análise empírica permitir apreender as propriedades formais dos sistemas semiológicos que funcionam como seus «geradores» e, adicionalmente, restituir o modo de «localização» de um gerador semiológico numa formação social¹²⁵. Não nos parece que P. HENRY e S. MOSCOVICI se afastem sensivelmente desta via quando atribuem à análise de conteúdo o objectivo de restituir, mais ou menos parcialmente, as «condições de produção» ou «campo de determinações» dos textos¹²⁶.

Se é certo que a análise de conteúdo parece ter vindo a orientar-se predominantemente no sentido do tratamento da informação explícita das mensagens, ser-lhe-á porém cada vez menos viável ignorar os contributos da semântica moderna. De facto, o «estudo semântico» permitirá — é o que nos dizem M. CANTO-KLEIN, F. LANTIER, N. RAMOGNINO — atingir o «conteúdo implícito da comunicação», o qual, se bem que indirectamente, nos remeterá aos agentes e condições dessa comunicação¹²⁷.

Parece portanto poder anotar-se razoável consenso em relação ao alcance legitimamente atribuível a uma técnica como a análise

¹²⁵ M. PÊCHEUX admite, como hipótese, que a estrutura de um gerador se pode definir por referência ao conjunto das classes de equivalência próprias do gerador considerado e pelo grupo de operadores que efectua a transformação dessas classes. Cfr. artigo citado.

¹²⁶ Paul HENRY e Serge MOSCOVICI, «Problèmes de l'analyse de contenu», in *Langages*, Didier-Larousse, n.º 11.

¹²⁷ Marianne CANTO-KLEIN, Françoise LANTIER e Nicole RAMOGNINO, «Une analyse sémantique conceptuelle», in *Bulletin du C. E. R. P.*, 1967.

de conteúdo. No processo que intente restituir o nível de significação conotativo dos discursos, ela será um dos adequados meios de trabalho a accionar. E, se para ela prevemos estatuto privilegiado, teremos de lhe negar exclusividade; nem se deveria pretender que se constituísse em solução-chave no que respeita a um exame global dos discursos. Mas, em contrapartida, parece claro que a sua exploração prática, ainda quase por fazer na perspectiva e âmbito que assinalámos, se poderá revelar excepcionalmente fértil. O aperfeiçoamento recente da análise de conteúdo é sintoma da aceitação generalizada de efectivas virtualidades analíticas, bem como garantia de crescente rigor e alcance em futuras aplicações.